

Kessila Maria da Silva

**DISCURSOS QUE IMPORTAM: UM OLHAR SOBRE AS  
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS TRANS\* NA UFSC**

Florianópolis  
2017



Kessila Maria da Silva

**DISCURSOS QUE IMPORTAM: UM OLHAR SOBRE AS  
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS TRANS\* NA UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Curso de Ciências  
Sociais do Centro de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Amurabi de  
Oliveira

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Silva, Kessila Maria

DISCURSOS QUE IMPORTAM : UM OLHAR SOBRE AS  
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS TRANS\* NA UFSC /

Kessila Maria Silva ; orientador, Amurabi de

Oliveira, 2017.

77p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências  
Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. transexualidade; escola;  
educação. I. de Oliveira, Amurabi . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências  
Sociais. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente meu orientador Amurabi de Oliveira que acompanhou e acreditou no meu trabalho, respeitando meus atrasos e silêncios.

Também agradecer imensamente minha família Karla, Georgea, Anna, Nilson, Alex, Flor, Alecrim, Amora, Irene, Mara e Ana que apesar dos atravessamentos estiveram ao meu lado para que conseguisse chegar até aqui.

Agradecimento especial à companheira Anna Carolina (Anna Vã), por sua compreensão, apoio, carinho, sinceridade, pelo aprendizado, risadas, cafés, canções. Agradeço por dividir comigo a leveza e o peso de ser quem se é.

Agradeço aos professores, Felipe Fernandes, Miriam Grossi, Jaques Mick e todos os outros professores e professoras que compartilharam um pouco do seu saber, contribuindo na minha formação.

Meu total agradecimento as amigas e amigos e também professores (da vida) Pedro Magrini, Ana Paula Boscati, Bruno Cordeiro, Letícia Barreto, Melissa Barbieri, Flávia Soares Ramos, Cora Teixeira, Dani Rebel, Natália Oliveira, Thania Cristina, Helo, Musa Santos, Juca Xavier, Lui Castanho, Geni Nuñez. O aprendizado nem sempre foi fácil, mas me fez chegar até aqui.

Meus sinceros agradecimentos a Maria e João por compartilharem comigo sua história e me ajudaram a construir esse trabalho.

Gostaria de agradecer também a UFSC enquanto instituição de ensino que me proporcionou acesso ao conhecimento científico e ao mundo intelectual. Agradecer a secretaria do curso, principalmente a Rose e ao Rogério que sempre foram solícitos as minhas demandas.

Por fim, agradecer a todas as pessoas que de modo geral me ajudaram a chegar até aqui e me ajudaram a me transformar em algo melhor.



## RESUMO

Essa pesquisa pretende analisar as trajetórias de alunos e alunas trans\* na Universidade Federal de Santa Catarina e quais as estratégias utilizadas por eles para garantir sua permanência na universidade. Considerando a evasão ou expulsão escolar como um dos principais desfechos nas trajetórias escolares de pessoas trans\*, foram elaboradas duas entrevistas com alunos da universidade que obtiveram sucesso escolar e entraram na universidade para pensar os fatores relevantes que garantiram e garantem sua permanência na universidade.

**Palavras-chave:** Trajetória escolar, Trans\*, Educação.





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: A TRANSEXUALIDADE ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA E SOCIAL E AS TRANS IDENTIDADES NA ATUALIDADE.....</b>	<b>19</b>
<i>Identidade de gênero e legislação.....</i>	<i>28</i>
<b>CAPÍTULO II: A ESCOLA E OS DISPOSITIVOS DE NORMATIZAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO III: ENTRAVES E RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA NO CONTEXTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO IV: TRAJETÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>75</b>









## INTRODUÇÃO

O tema das trans-identidades ou identidades trans\* tem sido cada vez mais visível nas mídias<sup>1</sup>, contudo pouco se problematiza de que maneira se materializam essas vivências efetivamente. Destaca-se que o Brasil é um dos países mais intolerante e pouco preocupado em criar políticas de inclusão em relação à população trans\* do país. Porém, nas últimas décadas o movimento trans\* têm conquistado mais espaços, reivindicando direitos e cidadania. Observamos que o espaço escolar e a inclusão de pessoas trans\* nas universidades têm atravessado tais debates e reivindicações.

A partir dessa constatação, somado ao intuito de desenvolver uma pesquisa situada num contexto determinado da Universidade Federal de Santa Catarina, pretende-se desenvolver uma pesquisa que conjugue identidades trans\* e espaço escolar/universitário. Tenho como ponto de partida a ideia de uma pesquisa que se preocupa em observar a construção dos discursos e dos sujeitos antes de defender certa linearidade ou (objetividade) da pesquisa. A construção desta perspectiva relaciona-se com minha trajetória como pesquisador que se constrói enquanto sujeito durante a pesquisa e também considera minha trajetória política e acadêmica, que esteve sempre inclinada às temáticas de gênero e sexualidade. De tal modo, essa pesquisa almeja ressaltar a importância das representações e narrativas sobre transidentidades na universidade. Para além de demarcar a construção identitária por si só, marca também um momento histórico e político para população trans\*. Isso porque se observa que vem crescendo, mesmo que lentamente, o número de pessoas trans\* que acessam a universidade. Ao passo que também nota-se certo aumento na produção de pesquisas que relacionam questões sobre educação, gênero e sexualidade. Ainda assim, poucas abordam a transexualidade e outras identidades trans\* como tema central. Assim, abordar questões relacionadas a essa temática antes de uma implicação acadêmica implica em posicionamentos políticos e em discentramentos que se fazem necessários para compreender experiências que não obedecem a caminhos usuais.

Nesse sentido, essa pesquisa anseia ressaltar a importância de pesquisas na área de gênero e sexualidade relacionadas à educação para

---

<sup>1</sup> Ver por exemplo a recente série Quem sou eu? Veiculada no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu/>  
Acesso em 25 de junho de 2017.

observar quais aspectos são relevantes para que alunos/as obtenham ‘fracasso’ ou ‘sucesso escolar’, por exemplo. Gênero e sexualidade, em muitos casos, acabam sendo marcadores que passam despercebidos nas relações estabelecidas na escola. Como aponta Berenice Bento:

A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos por que é ‘diferente’ (BENTO, 2011, p. 558).

Nesse sentido, as pesquisas que contribuem para temática apontam alguns desses marcadores de ‘sucesso’ e ‘fracasso’, trazendo para o centro do debate questões que não estão tão visíveis. Ainda que a escola funcione como reprodutora da ordem social vigente é também nesse espaço que surgem debates que atravessam a sociedade. Como afirma Bento (op.cit.) há um saudável incomodo de educadores/as, gestores das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos direitos humanos em uma perspectiva ampla. O que está a caminho segundo a autora, é a produção incessante de contradiscursos, e a escola está inserida nessa disputa de muitas formas.

Assim pensar as trajetórias escolares a partir das narrativas dos próprios sujeitos/as, levando em consideração o contexto histórico e social onde estão inseridas essas experiências, pode contribuir para as discussões sobre a temática a partir de um prisma social, sem reduzir a experiência trans\* a uma perspectiva biologicista e patologizante.

O intuito de observar as narrativas não está implicado somente enquanto técnica metodológica. O saber que se propõe construir junto a essa pesquisa diz respeito a uma produção de conhecimento que viabilize os discursos que passam despercebidos, dos que estão a margem de uma premissa normativa. Dessa forma, a proposta passa por situar os/as interlocutores/as da pesquisa enquanto sujeitos, não só da pesquisa, mas em âmbito social. Constituinte um lugar de enunciação desse sujeito diante as estruturas sociais. Da mesma maneira, a produção da pesquisa contamina a escrita de quem produz, criando uma espécie de reconhecimento e produção de conhecimento a partir das trajetórias observadas. Considerando também uma via de mão dupla onde quem produz a pesquisa também se constrói enquanto sujeito situado.

Para desenvolver tal ideia, a pesquisa apoia-se sobre o prisma epistemológico desenvolvido por Donna Haraway (1995), sobre a

necessidade de desenvolver uma perspectiva parcial que represente e reconheça o sujeito de pesquisa enquanto, sujeito social. A autora desenvolve sua perspectiva partindo da crítica da ciência enquanto prisma imparcial e de certa neutralidade diante dos dados da pesquisa que cria uma suposta linearidade, rumo a racionalidade extrema, em busca de uma verdade absoluta que explique a realidade em análise, criando uma oposição entre o “nós/ eles”, dicotomia bastante reiterada nas pesquisas. Para Haraway (1995), os “outros” são seres corporificados, a quem não é permitido ter um corpo, um ponto de vista relevante.

Além de uma perspectiva epistemológica também é relevante ressaltar que a metodologia da pesquisa também se preocupa com os aspectos subjetivos presentes nas narrativas dos sujeitos de pesquisa. Como Belmira Bueno observa (2002), por exemplo, o método biográfico é interessante por permitir o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos na vida dos atores sociais. Deste modo, sua proposta de utilizar a biografia ganha espaço enquanto método, não só no campo da educação, mas também adquire maior ênfase nas ciências sociais de maneira geral.

No campo da sociologia, o método biográfico e autobiográfico rompe com antigos paradigmas e destaca a emergência de novos objetos de estudos e novas formas de investigação em seu campo. O que Bueno (2002) ressalta é que ao tentar romper com os métodos padronizados de investigação, os novos métodos sociológicos passam a sofrer severas dificuldades, incluindo as de ordem interna, que são em partes ditadas pela própria insegurança gerada por suas ousadias. (BUENO, 2002, p. 16). É possível observar que no que diz respeito às novas propostas, sempre é possível captar um saudosismo que tende a ajustar os novos métodos às exigências do modelo positivista.

Sobre o método biográfico, embora utilizado apenas recentemente no campo da educação, essa perspectiva metodológica foi amplamente utilizada nos anos 1920 e 1930, nas pesquisas dos sociólogos da Escola de Chicago, que empolgavam-se com o método alternativo à sociologia positivista. Porém nas décadas seguintes o método teve um declive, e somente nos anos 1980 passa a ser utilizado novamente no campo da sociologia. Segundo Bueno (2002), Franco Ferrarotti (1988, apud BUENO, 2002) é o sociólogo que ganha destaque nas análises sobre as discussões relacionadas aos procedimentos e aspectos epistemológicos da abordagem biográfica. De acordo com a tese do autor, o crescente interesse pelo método corresponde a uma dupla exigência científica. Em primeiro lugar pela necessidade que

havia na época em uma renovação metodológica, decorrente de uma crise generalizada dos instrumentos heurísticos da sociologia. Em segundo lugar, esse momento acontece por influência de uma nova antropologia, que reivindicava um melhor conhecimento da vida cotidiana, dado que as explicações macroestruturais não davam conta das tensões e conflitos presentes na vida cotidiana. Dessa maneira o método biográfico mostra-se como alternativa para mediar às relações entre ações e a estrutura, ou seja, alçar uma ponte entre a história individual e a história social.

Bueno (2002) ressalta a relevância da crítica elaborada por Ferrarotti, se observa uma tentativa de adaptar o método biográfico aos moldes dos cânones das ciências humanas, inibindo totalmente a riqueza oferecida pelo método. Demonstrando total incompreensão do valor do conhecimento que o método biográfico atribui à subjetividade. Dessa forma defende que a biografia é subjetiva, primeiramente porque considera que o pesquisador lê a realidade partindo do ponto de vista de um indivíduo historicamente determinado. Subsequente, é necessário considerar que os materiais biográficos estão sujeitos à deformação. Considerando as narrativas, é necessário observar que os dados dependem da interação pesquisa-pesquisado. Além de sua crítica, Ferrarotti propõe analisar a especificidade do método biográfico, no intuito de compreendê-lo sem recair nos moldes engessados dos cânones das ciências sociais.

Para desenvolver essa especificidade do método é necessário considerar dois tipos de materiais que podem ser utilizados nessa abordagem: os materiais biográficos primários, incluindo narrativas ou relatos biográficos recolhidos pelo pesquisador, geralmente através de entrevistas; e os materiais secundários, ou seja, materiais biográficos de diferentes tipos, como: correspondências, diários, narrativas diversas, documentos oficiais, fotografias, etc. Essa pesquisa atem-se aos materiais primários, no intuito de enfatizar a subjetividade presente nas narrativas.

No campo da educação, segundo Bueno (op.cit), o que se percebe é uma diferença entre os grupos de acordo com a maneira de aplicação do método, o que define as vantagens e os limites de cada abordagem. Para ela, a abordagem biográfica prioriza o papel do sujeito na sua formação, o que significa que a própria pessoa se forma mediante sua trajetória de vida ou do percurso escolar. Assim é possível observar o caráter formativo presente no método, ao passo que ao regressar ao passado e refazer seu percurso de vida o indivíduo exercita sua reflexão e é levado a uma tomada de consciência tanto individual, quanto

coletivamente. Essa perspectiva metodológica de histórias de vida surge na educação como busca de uma alternativa de produção de outro tipo de conhecimento.

Segundo Bueno, dessa maneira se produz um discurso contra-estrutural, ou contra-hegemônico, que é construído ao passo que esse discurso vai se constituindo através de mecanismos que interagem com os discursos estruturados e hegemônicos. Criando espaço para que o sujeito fale e seja representado por si mesmo. No que diz respeito à pesquisa é fundamental pensar quais motivos fazem com que pessoas trans\* deixem a escola/universidade, por exemplo. Tal reflexão possibilita analisar e desenvolver propostas mais efetivas de mudança. Assim, é necessário ressaltar o papel que essas novas abordagens podem desempenhar no desenvolvimento de uma consciência individual e coletiva.

É necessário ater-se a algumas questões sobre os limites do método biográfico, uma vez que o sujeito está na intersecção entre a vida como experiência e na vida como discurso. Nesse sentido não se pretende inferir verdades objetivas para a pesquisa, mas sim visibilizar possibilidades de outras formas de fazer pesquisa, levando em consideração que não há intenção de atingir uma totalidade dos discursos. Para Bueno o recurso metodológico de histórias de vida funciona como uma excelente ferramenta na formação, em sua análise sobre o método biográfico e a formação docente. No sentido de fornecer a possibilidade dos futuros professores refletirem sobre os processos de sua formação e desenvolver uma melhor análise sobre si mesmo. Nesse sentido também é possível pensar que através de pesquisas como estas é possível traçar um panorama dos desfechos das trajetórias de alunos/alunas trans\* na universidade.

Assim, esse trabalho de conclusão de curso pretende inserir-se neste campo de produções sociológicas que se dá a partir da história de vida das pessoas trans\* que ingressaram em cursos de graduação da UFSC. Para tal, este trabalho divide-se em três capítulos teóricos e um quarto capítulo se dedica as análises das entrevistas, compondo a parte prática da pesquisa.

O primeiro capítulo se propõe mais uma localização a respeito dos debates sobre trans\* identidades a partir de uma perspectiva social ou sociológica. Considerando gênero uma categoria que é construída socialmente definida a partir de tecnologias e práticas sociais que reafirmam as categorias: masculino e feminino. Partindo dessa perspectiva social também se discute a transexualidade e outras identidades trans\* a partir de um viés social, onde esta é marcada pelo

conflito com as normas de gênero. Também, o intuito do capítulo é demarcar a identidade trans\*, principalmente a transexualidade, como categoria historicamente delimitada e que até as últimas duas décadas era apenas vista através de um viés clínico e psicológico. Além disso, a transexualidade também revela uma quebra ao alinhamento predeterminado entre sexo/gênero/desejo e demonstra como a sociedade ocidental é sustentada pela diferença sexual, visto que a partir desse sistema se constrói uma engenharia social que produz corpos sexuados e que coloca a heterossexualidade como única possibilidade de vivenciar a sexualidade e a única forma de vivenciar o gênero fica apegado a uma definição biológica e essas configurações criam hierarquias sociais.

O segundo capítulo propõe-se a analisar as estruturas sociais presentes no cotidiano escolar em relações a questões de gênero e sexualidade. De início é imprescindível entender que a evasão escolar de pessoas trans\* não pode ser tratada como simples situação de abandono da escola, mas é necessário analisar quais são os verdadeiros fatores que provocam essa evasão. Considerando a diversidade na escola é muito importante ressaltar que não se parte de uma perspectiva de igualdade, ao contrário a escola é apenas o ponto inicial dos efeitos das hierarquias sociais que muitas vezes colocam pessoas trans\* a margem dos espaços normativos. Conjuntamente, é necessário reconhecer que a escola se pauta nessa normatividade quando a questão é a construção de corpos que signifiquem na sociedade ocidental. Dessa forma esse capítulo visa observar quais são os fatores estruturais presente na escola que possibilitam ou não a permanência de alunos e alunas trans\* e com isso convida a um estranhamento da educação por meio de uma reflexão das formas possíveis de vivências dissidentes no ambiente de ensino.

Já o terceiro capítulo, preocupasse em observar o cenário educacional quando ele é atravessado pelas vivências trans\*. Ao mesmo tempo propõem-se investigar a que pé andam as demandas por direitos e reconhecimentos nas instituições escolares. Este capítulo seria então uma mistura entre o primeiro e o segundo capítulo, no qual se traça alguns pontos fundamentais que determinam a experiência trans\* nos espaços de ensino.

O quarto capítulo é destinado às narrativas e entrevistas com os sujeitos de pesquisa. Partindo das análises das entrevistas são observados quais são os fatores relevantes para que alunos e alunas trans\* consigam atingir uma trajetória de sucesso ou fracasso dentro da escola e universidade.

Ao final retomo as discussões apresentadas ao longo dos capítulos a fim de concluir sobre o tema desenvolvido. Destaca-se que

ainda são poucas as discussões a respeito da educação e das identidades trans\*. Porém o tema faz-se necessário dentro do contexto social e político em que vivemos uma emergência das trajetórias trans\* versus uma crescente onda conservadora presente no cenário nacional.



## **CAPÍTULO I: A TRANSEXUALIDADE ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA E SOCIAL E AS TRANS\* IDENTIDADES NA ATUALIDADE**

Durante o século XX o debate sobre transexualidade foi protagonizado pelas áreas médicas e psi. É no início de século que se encontram os primeiros registros clínicos sobre casos que tratavam o “transexualismo”. Caracterizado como patologia, era um assunto que se restringia apenas a questões clínicas, como por exemplo, definir se a pessoa é transexual ou não através de laudos médicos e psiquiátricos. Esse protagonismo das ciências médicas e psi revelam o ponto em que se define que o trânsito entre gêneros nas sociedades ocidentais é interpretado enquanto doença.

Para além das definições clínicas, problematizar questões a respeito da transexualidade (aqui deixando de usar o ismo, de transexualismo, que caracterizaria doença) atualmente, sugere que se questionem diversas estruturas sociais que antes pareciam fixas e estáveis, como a naturalização dos gêneros, como se o gênero fosse demarcado no corpo através das genitálias e essa atribuição fosse dada como fixa e imutável. Nesse sentido, é necessário entender o gênero enquanto categoria construída socialmente, constituída por diversas práticas e tecnologias que determinam o que é masculino e o que é feminino. É necessário ressaltar que nenhuma dessas categorias é fixa.

Para a socióloga Berenice Bento (2008), analisada enquanto perspectiva social em relação à constituição das identidades, a transexualidade é uma experiência identitária que se caracteriza pelo conflito com as normas de gênero. Para a autora, essa definição se confronta com as definições médicas e psi, que reduzem a experiência, categorizando-a como “doença mental” e a atribui ao campo da sexualidade e não do gênero. A patologização da identidade transexual transfere para o indivíduo a causa de seus conflitos, essa definição se opõe a perspectiva que pensa a transexualidade enquanto experiência identitária. Para Berenice Bento: “a transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo” (BENTO, 2008, p. 19). Nesse sentido a transexualidade seria uma resposta prática a não totalidade do gênero enquanto categoria colada a categoria sexo.

Contemporaneamente não são apenas os transexuais que rompem com essa norma, outras categorias como travestis, transgêneros, drags

queens, drag kings, entre outros, desconstruem essa relação simplista entre feminilidade e vagina e masculinidade e pênis. Essas expressões identitárias como, transexualidade, travestilidade, transgêneros mostram conflitos com as normas de gênero considerando que estas são criadas dentro de um sistema social que se pauta na divisão sexual do gênero, na heterossexualidade e em idealizações.

A especificidade da transexualidade está nos limites das normas de gênero que essa experiência aponta. Ela quebra a causalidade atribuída ao sistema que alinha sexo/gênero/desejo e revela um sistema binário assentado no corpo-sexuado. Dessa forma os sujeitos estabelecem na prática novas negociações entre o que é masculino e feminino. Obviamente isso não significa dizer que a angústia e a dor que marcam essas subjetividades são irrelevantes. Assim, o termo trans\* é utilizado como categoria guarda chuva, no intuito de definir sem excluir as multiplicidades de identidades. É um termo geralmente utilizado para englobar transexuais, travestis e transgêneros, mas pode ser utilizado para qualquer identidade que escape do alinhamento sexo/gênero ou com a binaridade necessário e decorrente deste alinhamento, tal como pessoas que não se identificam nem como o gênero masculino ou feminino, ou se identificam com os dois ao mesmo tempo, denominada não-binárias. A categoria trans\* pode ser utilizada tanto para definir pessoa trans que se identificam com os gêneros binários masculino/feminino quanto para aquelas que não se identificam com o sistema binário de classificação do gênero.

Para pensar a transexualidade é necessário entendê-la como uma experiência identitária historicamente marcada e que revela com toda dramaticidade e dor os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Para Berenice Bento (2008), retirar o caráter histórico dessa experiência, significa ignorar as estratégias de poder que reiteram que a verdade do sujeito é atribuída pelo sexo biológico. A transexualidade seria então, uma das múltiplas experiências que surgem como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção dos sujeitos “normais e anormais” e que atribui a verdade das identidades em estruturas corporais.

Até a segunda metade do século XVIII, as diferenças anatômicas e fisiológicas entre os sexos eram irrelevantes, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o uso do discurso científico. Foi durante os anos de 1860 e 1870 que emergiram diversos discursos médicos que buscavam comprovação dos comportamentos sexuais a partir de um viés biológico.

É nessa época que consolida-se o discurso de verdade sobre sexo e que se cria uma doutrina para os séculos posteriores. Durante esse período histórico, acontece o debate entre o isomorfismo sexual e o dimorfismo sexual. Essa disputa anunciava a redefinição das posições do masculino e feminino na sociedade. Durante a segunda metade do século XIX o discurso médico ganha força. E a partir dele instaura-se uma definição do verdadeiro sexo do sujeito, e organiza e justifica as diferenças e hierarquizações entre masculino e feminino. É a partir do discurso da diferença sexual atrelada ao um discurso científico que se delimita a verdade sobre os corpos na sociedade moderna.

A diferença sexual, definida no corpo, surge no intuito de comprovar que não há semelhança alguma entre o feminino e o masculino e o único ponto que os une é o ato sexual. Para o feminino atribuí-se a vagina como órgão qualificador e diferenciador, que estaria designado à heterossexualidade e a maternidade. Para seguir adiante é necessário entender que a heterossexualidade aqui, não é pensada apenas enquanto prática sexual, mas sim enquanto um sistema de poder. Pensar a heterossexualidade enquanto regime de poder significa entender que se está inserido dentro de um sistema de diferença sexual que reitera os códigos sociais definidos de acordo com o sexo biológico e constitui a naturalização da heterossexualidade enquanto única prática sexual possível/aceitável. Dessa forma o feminino só caberia em corpos de mulheres e o masculino em corpos de homens.

Segundo Berenice Bento:

A oposição binária que constitui o dimorfismo dos gêneros reduz todos os níveis da vida do sujeito. A sexualidade, as performances de gênero, a subjetividade, a identidade de gênero constituem campos marcados pela diferença sexual (BENTO, 2008, p.31).

Para a autora a principal contribuição dessa disputa entre isomorfismo e dimorfismo serve para observar os desdobramentos trazidos pelo dimorfismo em relação as configurações sociais, sobre os valores que foram estabelecidos como verdade, por quem foram estabelecidos, a favor de quem e quais foram silenciados. Pensar que a configuração social se pauta nessas disputas de visões leva a compreender o quanto o discurso científico interfere e tem poder sobre a concepção do que é gênero e como ele funciona como guardião das normas de gênero. Tão importante como analisar historicamente

partindo de uma perspectiva desnaturalizante da diferença sexual, é também, perceber como somos educados/corrigidos cotidianamente para reproduzir a naturalização dos gêneros e da sexualidade, baseados no padrão sexo/gênero.

Deste modo, observa-se que uma simples definição designada antes do nascimento determina a trajetória de cada indivíduo. Em suma, antes mesmo de nascer já existem estruturas socioculturais que determinam de maneira binária a qual universo aquele corpo irá pertencer. Para Berenice Bento:

O gênero é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuados. A interpelação do/a médica/o fazem parte de um projeto mais amplo, que não antecede ao gênero, mas o produz. A suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar à categoria de humanidade (BENTO, 2008, p. 33).

A construção do gênero inicia-se desde cedo, logo após o nascimento as tecnologias discursivas se articulam no intuito de preparar o corpo para que desempenhe o gênero designado com êxito. Por exemplo, existe a diferenciação entre brinquedos de meninas e brinquedos de menino, coisas que um gênero pode fazer e outro não. Dessa forma o mundo infantil é construído por afirmações e proibições. Essa maneira de ensinar os gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida baseada na heterossexualidade que se constrói sobre o discurso do dimorfismo sexual e da complementaridade dos sexos. Para além disso, Berenice Bento (op.cit.) chama a atenção de que tanto a reiteração responsável por produzir o gênero quanto a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Cada frase que permite ou inibe comportamentos e cada insulto ou piada homofóbica está sustentada pelo heteroterrorismo. A invisibilização também é um desses mecanismos, sempre que o “outro”, o “estranho” surge no discurso, é para ser eliminado. Isso demonstra de que maneira se constrói a heterossexualidade enquanto discurso hegemônico, a existência da bicha, do sapatão, do afeminado são fundamentais para reafirmar a heterossexualidade enquanto norma. Dessa forma para Berenice Bento a transexualidade seria, a materialização do impossível, aquilo que ultrapassa a capacidade de compreensão, dentro desse sistema heteronormativo.

É interessante perceber de que maneira a heterossexualidade enquanto regime de controle social está atrelada ao gênero enquanto

meio de controle e (re)produção heterossexual. Depois do nascimento somos condicionados a definir nossa identidade a partir de um único viés a respeito de nossa sexualidade e gênero. Existe um controle muito minucioso da heterossexualidade, no entanto, considerando o fato de que a sexualidade se dá no campo do privado, é através do gênero, que se estabelece no âmbito público/social, que se desenvolve esse controle e se produz heterossexualidade. É a partir disso que se ressalta o contraponto que a transexualidade significa para as normas de gênero, ela se torna uma ameaça a medida que reivindica a desconexão entre gênero e o corpo-sexuado.

Além dessa perspectiva da heterossexualidade como sistema de normas regulador do sistema de gênero que estrutura a sociedade ocidental, existe um novo termo em debate, tanto dentro das perspectivas médicas quanto do movimento social, o termo cisgênero. Tal termo e os seus derivados, como cissexismo, cisnormatividade, são termos utilizados para delimitar as diferenças e hierarquias estabelecidas entre pessoas trans\* e pessoas não trans\* entendidas como pessoas cisgêneras. . O termo trans surge 70 anos antes do termo cis, que aparece nos debates sobre identidade de gênero somente no fim do século XX, final da década de 1990. Atualmente se discute que a categoria cis é uma categoria redutora, esse discurso é enunciado geralmente por pessoas cisgêneras, quando são categorizadas como tal. Cis, numa definição bem reduzida, seria a pessoa que se identifica com gênero assignado ao nascimento, portanto uma pessoa cisgênero. Ter uma definição tão reduzida do termo significa para Amara Moira Rodvalho (2017), que há também uma definição reduzida do que significa trans\*, geralmente definido como pessoa que não se identifica com gênero atribuído ao nascer. O que se percebe é que há uma grande visibilização sobre o que é ser trans\*, entretanto, não se vê igual preocupação em definir o que é ser cis. Discutir sobre a categoria cis, é de extrema relevância, no sentido de que faz-se necessário enfatizar as hierarquias estabelecidas.

Amara Moira Rodvalho (2017), defende que a auto identificação enquanto marco de ser ou não trans\* traz o cerne da questão para o indivíduo, quando deveria ser vista a partir do âmbito social e político. Para a autora, historicamente, há 50 anos atrás, a autoidentificação fazia completo sentido, quando as definições da questão eram reduzida apenas ao campo psi. Nesse sentido a autoidentificação funcionava como importante ferramenta no processo de “desdemonização” da experiência trans\*. Porém para a autora são muito mais complexos os desdobramentos da experiência trans\* do que pode definir a autoidentificação. A autora ainda ressalta que essa identificação não é

unilateral, mais necessita do reconhecimento do grupo ao qual o indivíduo se identifica. Em suma, há a necessidade de conferir legitimidade ao indivíduo por parte do grupo, conferindo a insuficiência do discurso de si como definidor da identidade. Assim, seguindo a argumentação da autora, a autoidentificação reforça a ideia de que só é necessário explicar aquilo que cruza a fronteira, aquilo que se destaca do todo hegemônico, nunca há preocupação em explicar aquilo que não cruza a fronteira.

O ponto central da discussão para Berenice Bento (2008) está em desvincular as identidades de um ponto determinante quando se discute trânsitos identitários. No discurso hegemônico gênero e sexualidade se expressam juntos e são sustentados pelo controle produtor que regula os gêneros determinando o que é masculino e feminino. A premissa é de que a sexualidade normal e natural é a heterossexual. Visto que a partir desse sistema se constrói uma engenharia social que produz corpos sexuados e que coloca a heterossexualidade como única possibilidade de vivenciar a sexualidade. Como ainda é possível atribuir à natureza a produção dos gêneros? Sendo que é perceptível a construção e os resultados das tecnologias produzidas pelas instituições sociais a fim de determinar uma verdade sobre o que é gênero.

A reiteração das normas de gênero expõe de que maneira funciona esse sistema, uma vez que é a partir da reprodução de práticas cotidianas que o gênero é construído. O gênero ganha vida através das roupas que compõem o corpo, dos trejeitos, da forma de olhar, de se movimentar, ou seja, é através de uma estilística definida enquanto correta que o gênero ganha corpo. Para Berenice Bento são estes sinais exteriores, colocados em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essa reiteração das normas de gênero produzida por um ideal que determina que tipo de gêneros são corretos, somada ao processo de naturalização das identidades cis e a patologização de outras identidades, cria-se uma hierarquia entre os gêneros, ou melhor, entre os corpos. A legitimidade que é determinada para certa expressão de gênero através do regime de verdades, é negada pela mesma a outras expressões que tangenciam as normas de gênero, exilando em si mesmos os sujeitos que não se ajustam às idealizações. Em suma, as performatividades de gênero que se pronunciam fora dessa engenharia social são colocadas a margem e consideradas como identidades transtornadas e anormais. É interessante ressaltar que o que diferencia homens/mulheres biológicos das/os trans\* é a legitimidade que é dada para que uns existam e para que outros sejam silenciados.

O prisma da diferença sexual nas análises de gênero subentende a binaridade como pressuposto que antecede a cultura. Nesse sentido, Berenice Bento (2008) defende que a diferença sexual pode reificar o gênero a um limite extremo da heterossexualidade para expressar as identidades de gênero, as sexualidades, as subjetividades e as corporeidades, além de manter a dicotomia sexo (natureza) versus gênero (cultura). O gênero pode ser entendido enquanto uma tecnologia heteronormativa bem desenvolvida, que se articula nas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que visa produzir corpos-homem e corpos-mulher. Por heteronormatividade pode-se entender o sistema que apresenta a heterossexualidade enquanto norma social. É a partir desse lugar que se determina o modelo hegemônico de gênero, que supõe que exista um alinhamento entre o gênero e sexo determinado por uma genitália fixa.

No intuito de inverter o foco da análise acerca da patologização das identidades, os estudos *queer* se propõe analisar os mecanismos históricos e culturais que produzem essas identidades patologizadas, trazendo o cerne da questão para as estruturas sociais e não mais recaindo as análises sobre o indivíduo. Isso inaugura um processo de desnaturalização das identidades, desfocando a explicação da construção da identidade de um viés do indivíduo e observando a partir de uma configuração social que restringe a categoria “humanidade” a apenas duas possibilidades excludentes: você é homem-pênis ou mulher-vagina. Problematizar essa relação dicotômica e determinista dada entre corpo e gênero, tem como potencial questionar as análises que enxergam os deslocamentos identitários enquanto perversão/transtorno. Ao mesmo tempo em que se liberam outros níveis constitutivos da identidade, outros trânsitos emergem, transitam e avançam para ganhar lugar ao centro, mostrando dessa forma como as normas e as forças regulatórias de gênero podem ser questionadas.

Uma questão bastante relevante a respeito da identidade de gênero é a demarcação identitária entre pessoas trans\* e homossexuais. Segundo Berenice Bento (2008) a afirmação: “não sou gay/lésbica, sou homem/mulher transexual.” É bastante comum nos discursos de pessoas transexuais. Essa demarcação identitária cumpre um papel importante de localizar e diferenciar gênero de sexualidade. É importante ressaltar que são diversas as experiências vivenciadas por pessoas transexuais e que não é possível traçar um comportamento que defina o que é ser transexual e que também não se pode determinar que a experiência é demarcada pela heterossexualidade, uma vez que é sabido que existem pessoas transexuais que são gays/lésbicas. Essa pluralidade contrasta

com a ideia de que existe um ideal de um “transexual verdadeiro”, definição presente em documentos oficiais. A produção de um diagnóstico diferenciado para transexualidade criou uma definição universal e hegemônica sobre o que é o sujeito transexual. Fazendo com que aquele/aquela que consegue se aproximar às definições e critérios estabelecidos para um/a transexual seria então o/a “transexual verdadeiro”.

Situando historicamente, é na década de 1990 que a comunidade transexual começa a se organizar e questionar os discursos médicos e as verdades advindas deste sobre o que é transexualidade. Para refutar as “verdades” médicas, trouxeram à público histórias de vida que não correspondiam ao padrão transexual, como exemplo trajetórias de mulheres transexuais lésbicas ou histórias de pessoas trans\* que tem uma vida sexual ativa, sem ter/querer ter realizado intervenções cirúrgicas e também de pessoas transexuais que não tem relações heterossexuais. A importância desses dados é de apontar como são insustentáveis as respostas padronizadas dadas pelo saber/poder médico.

Outra questão que emergem é a confusão que se faz quando se desloca a transexualidade para o campo da sexualidade, como se pessoas trans\* fossem gays/lésbicas “mal resolvidos”. Essa associação a primeira vista, poderia ser entendida como confusão ou má interpretação. Porém, o que essa “confusão” revela é que na sociedade contemporânea ocidental as questões sobre identidade dos sujeitos estão fortemente atreladas a um determinismo biológico que tenta a todo custo desconsiderar como humano os corpos que escapam às normas de gênero e para isso cria uma categoria comum que amarra o que pode ser transexual.

O que se percebe é que existe um dispositivo regulatório que tenta designar o que é ser transexual a partir de uma categoria fixa, definida pelo mapeamento de transtornos atribuídos ao indivíduo que vive essa experiência. O exercício de desviar o olhar para além das perspectivas naturalizantes e biologizantes que são criticadas pelos discursos de despatologização da identidades trans\*, possibilita observar que olhando a partir do olhar do sujeito, percebesse que várias tensões são postas em jogo quando esse sujeito (trans\*) é chamado a definir-se. Para isso são criados vários processos de subjetivação que visam lidar ou dar respostas aos conflitos com as normas de gênero.

Definir-se ou explicar quem se é, inaugura o complexo processo de construção de identidade, este processo emerge quando o sujeito se põe em discurso. Isso implica se colocar em disputa com outras identidades e criar elementos de alteridade que constituem sua

subjetividade. Para Berenice Bento (2008), “esse é o mecanismo mediante o qual os sujeitos incorporam aspectos e os transformam, total ou parcialmente, enquanto elementos constitutivos de suas identidades.” (BENTO, 2008, p. 69). No caso da transexualidade é comum perceber que esse discurso identitário se define em demarcação com a travestilidade. Para a autora as duas experiências são construções identitárias que se localizam no campo do gênero e representam resposta as questões e conflitos gerados por uma organização social que se baseia na dicotomização de naturalização dos gêneros.

É importante ressaltar que a transexualidade emerge, ou melhor, é legitimada a partir da medicalização das identidades, essa medicalização está atrelada a um pressuposto biologicista das identidades sustentados por uma norma que genitaliza a identidade, ou seja, a identidade de gênero é praticamente associada ao genital. Na década de 1980, quase não houve discursos que divergiam do posicionamento médico a respeito da identidade transexual. Já os anos 1990 são marcados pela emergência dos movimentos sociais de transexuais que inicialmente se fundamentavam nas demandas de cirurgias. É na década de 1990 que se inicia a problematização dos protocolos médicos reguladores das cirurgias, instaurando uma disputa com as verdades hegemônicas produzidas pelos manuais de diagnósticos (DSM-IV).

No cenário brasileiro, reivindicar o reconhecimento legal a identidade de gênero é uma pauta das pessoas trans\* e demanda dos movimentos sociais. O próprio grupo aponta que há uma visão interna que resume a trans\* a experiências de violência, marginalização e discriminação e a única pauta do movimento seriam as cirurgias. Berenice Bento percebe que a politização dos movimentos sociais promove uma ampliação dos programas de ação. É importante ressaltar que foram as pessoas trans\* que através de suas articulações políticas, exigiram posicionamentos das instituições em relação ao reconhecimento de suas identidades de gênero. Observar como se constitui esse processo tenso e marcado por disputas de alteridade, chamado identidade revela os mecanismos que operam nas subjetividades para construir identificações e repulsas e de que forma esses mecanismos interagem e são articulados dentro das instituições sociais.

Para Berenice Bento a transexualidade inaugura deslocamentos, quando se discute a organização dos sujeitos coletivos, pois propõe uma ampliação e complexificação do processo de organização das identidades coletivas, colocando em cheque as essencializações das

identidades. Isso revela que as identidades não podem ser entendidas como categorias fixas, e sim que devem ser analisadas como conjuntos atribuídos de densa complexidade e fluidez e que essas características não podem ser sufocadas em prol de uma definição universal e essencialista que visa “estabilizar” o sujeito.

A inclusão da transexualidade no CID (Código Internacional de Doenças) em 1980 é considerada um marco no processo que define transexualidade enquanto doença. A partir da terceira versão do DSM a transexualidade passa a fazer parte do grupo de “Transtornos de Identidade de Gênero” no capítulo destinado aos “Distúrbios de Identidade de Gênero”. É partir da sua terceira versão que o DSM começa a mudar sua perspectiva, saindo de um viés psico-sociológico para um viés biologizante da sexualidade e do gênero. A transexualidade marca historicamente de que maneira os processos de medicalização dos corpos foi atrelado ao processo de controle do corpo e da sexualidade através de um ideal de saúde e doença, de um corpo saudável e um corpo doente, patológico e patologizado. Nesse sentido entende-se que para os formuladores desse manual não há diferença entre sexo e gênero. O que Berenice Bento ressalta é que estamos em meio a um poderoso discurso que tem como intuito manter os gêneros presos à diferença sexual. Em última instância, nessa perspectiva, são os pareceres médicos que determinam os níveis de feminilidade e masculinidade, são eles que reafirmam as normas de gênero, definindo quem é “transexual de verdade”. O que é assustador é perceber que a medicina pouco conhece a respeito do que é transexualidade.

### Identidade de gênero e legislação

Atualmente percebe-se que são vários os países que possuem uma legislação que visa garantir os direitos de pessoas trans\*. Segundo estudos de Berenice Bento (2008), a multiplicidade de leis varia de acordo com a perspectiva de cada legislador e de sua interpretação do que é transexualidade. A autora afirma que quanto mais próximo de uma visão patologizante, maiores serão as exigências necessárias para que a pessoa transexual tenha direitos e quanto maior for a compreensão que a transexualidade está inserida no campo dos conflitos identitários e dos direitos humanos, menores serão os obstáculos. São dois os principais vieses que orientam a legislação a respeito da questão: reconhecimento ou autorização. São esses dois pontos que tomam posição central nos

debates sobre direitos entre coletivos trans\* e o campo legislativo. No Brasil, para as pessoas que conseguem se enquadrar dentro dos discursos clínicos e podem realizar as cirurgias é obrigatório serem maiores de 21 anos de idade, que possuam um diagnóstico médico de transexualismo e é determinado que sejam acompanhadas durante 2 anos por uma equipe multidisciplinar formada por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social.

O que se pode observar é a existência de uma concepção autorizativa no que diz respeito às legislações do Brasil. As concepções que se pautam no reconhecimento são mais utilizadas em outros países. No que diz respeito a possibilidade de alterações de prenomes sem a alteração do sexo biológico nos documentos, trata-se apenas de um mecanismo que produz direitos não plenos, sem que haja a garantia de alteração nos documentos.

No cenário internacional, os debates são variados, na Espanha a maior parte das pessoas pressionava o governo para a aprovação da lei que previa autorização para cirurgias e reconhecimento do gênero auto-identificado nos documentos, uma minoria considerava a lei, uma lei anti-transexual, visto que visava a realização das cirurgias para garantir o reconhecimento da identidade. O argumento dessa minoria girava em torno da ideia de que para muitas pessoas trans\* as cirurgias não são prioridades, mas sim a mudança legal de sua identidade de gênero, afirmando que sua identidade de gênero não é determinada pela presença/ausência de determinada genitália.

A lei de identidade de gênero foi aprovada em março de 2007 na Espanha e define que a mudança de nome e sexo, pode ser solicitada mediante um procedimento administrativo que exige o diagnóstico de transexualidade e um certificado que confirme que a pessoa se relaciona no gênero identificado, chamado “teste da vida real”. Não há exigência de cirurgias em qualquer caso. Segundo essa legislação, após obtida a mudança de gênero, o/a solicitante terá todos os seus direitos referentes a seu novo gênero legal.

Em outros países da Europa como a Itália, a lei datada 14 de abril de 1982, prevê que a aprovação da mudança de nome e sexo deve ser autorizada por um tribunal. A pessoa precisa esperar a decisão de outro, após receber a autorização a mudança de documentos e o reconhecimento legal são automáticos. Esse modelo define que o sistema jurídico da Itália funciona a partir da perspectiva da autorização em relação à temática trans\*. Já na Alemanha, a lei data setembro de 1980 e direciona duas possibilidades: a “grande solução” e a “pequena solução”. A Primeira reconhece às pessoas operadas o direito a mudança

legal do gênero e de todos os efeitos. A segunda opção garante às pessoas que não são operadas a mudança de nome, mas não de gênero. A “grande solução” pode ser vista como vantajosa no sentido que não precisa passar por nenhum tribunal, característica de posicionamentos que se baseiam na perspectiva do reconhecimento. No entanto, “a pequena solução”, recai sobre o regime de autorização, no sentido que acaba induzindo as pessoas que não fariam a cirurgia, a fazerem para ter a garantia de todos os direitos.

Na América Latina o debate a respeito dos direitos legais de pessoas trans\* também se constrói dentro da disputa entre uma perspectiva de reconhecimento e outra de autorização. A legislação argentina se destaca atualmente por não exigir autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias ou hormonioterapia, para garantir o acesso à saúde no processo de transexualização, tendo como foco a despatologização das identidades trans\*. No Brasil existe, o projeto de lei 5002/2013, denominado Lei João W. Nery, a Lei de Identidade de Gênero, de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL- RJ) em coautoria com a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), o projeto de lei citado acima é pioneiro em estruturar-se sob a perspectiva de reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans\* no Brasil. Esse projeto é inspirado na Lei de identidade de gênero argentina.

Para Berenice Bento, para que haja um avanço no debate sobre identidade de gênero e os direitos de pessoa trans\* é importante ressaltar dois pontos fundamentais: primeiro a necessidade de formulações de leis que visam o reconhecimento e não a autorização; segundo que as leis sejam orientadas pelo princípio do direito à identidade de gênero, recuperando a concepção de gênero como dimensão social. É relevante observar o protagonismo dos movimentos sociais nas disputas e debates que emergiram com as leis de identidade de gênero. As tensões causadas pelas problematizações ao discurso médico e a construção de contradiscursos aos discursos hegemônicos que patologizam as pessoas trans\*, reverberam nas instituições sociais por diferentes caminhos. Seus efeitos afetam e produzem questionamentos no âmbito dos limites dos direitos humanos, baseado na binaridade dos gêneros, colocando em cheque a própria definição de humanidade, que por sua vez influi nos direcionamentos de políticas públicas e nas interações sociais

## Capítulo II: A ESCOLA E OS DISPOSITIVOS DE NORMATIZAÇÃO

A transexualidade como tema presente no campo da educação, tem sido pauta das problematizações dentro das discussões teóricas. Por exemplo, Berenice Bento (2011), mostra como a escola, na maioria das vezes, não é um espaço receptivo a pessoas trans\* já que frequentemente não conta com políticas de reconhecimento institucionalizado das identidades e expressões de gênero destas pessoas. Tais posturas levam a casos de desrespeito ao uso do nome e pronome ao qual a pessoa se identifica desembocando em diferentes situações e constrangimentos, como, por exemplo, à impossibilidade das pessoas utilizarem o banheiro designado ao gênero ao qual se identificam entre outras proibições que não permitem que sejam reconhecidas no gênero identificado, desrespeitando sua identidade, fator que é muitas vezes o provocador da evasões de alunos e alunas trans\* da escola.

Berenice Bento (2011) lembra que não é possível tratar as trajetórias de abandono da escola como simples questão de evasão escolar tendo em vista que a escola funciona como reprodutora do heterossexismo, fazendo com que vivências que ultrapassem a fronteira da normalidade sejam praticamente execradas dentro da escola. Nas palavras da autora:

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em evasão (BENTO, 2011. p. 555).

Seguindo o argumento da autora, existe um processo de expulsão e não de evasão escolar. E neste sentido que apenas ao indicar exatamente quais são os fatores que fazem com que alunas e alunos trans\* deixem o espaço escolar é que se conseguirá enfrentar com eficácia os dilemas presentes no cotidiano escolar, entre eles, a intolerância, a homofobia e a transfobia. Entende-se como homofobia a aversão/preconceito relacionado à orientação sexual, assim como transfobia diz respeito à discriminação relativa a identidade de gênero. Essa intolerância pode ser manifestada de diversas formas, desde violências físicas, violências verbais em forma de piadas, até

manifestações menos perceptíveis e sutis como a exclusão de pessoas trans\* dos ciclos sociais e espaços de socialização.

A sensação de intolerância é descrita em várias narrativas de pessoas trans\* a respeito da sua experiência na escola, como aponta a pesquisa da autora citada acima. Para as pessoas de sua pesquisa as escolas representam um espaço de terror e aparecem como um lugar limitado para lidar com as diferenças, bem como a sociedade de modo mais geral que também é bastante limitadora ao determinar de modo rígido quais as verdades devem ser mantidas e reproduzidas decidindo quais normas de gênero e sexualidade vigoram e quais devem ser punidas, marginalizadas, patologizadas e invisibilizadas. Há, como bem apontado na literatura das ciências sociais, um projeto social de produção de corpos, pessoas e sexualidades consideradas normais que expande os muros da escola, mas que encontra nesse território, um espaço fértil para disseminação das normatividades.

Neste sentido a interrupção dos estudos por parte de alunos e alunas trans\* soa como algo inevitável e até normal. A escola isenta-se da responsabilidade sobre estes processos de evasão ao não comprometer-se com essa discussão. As instituições escolares, muitas vezes, agem como se não tivesse o que fazer para proteger e ajudar seus alunos e alunas vítimas da transfobia existente em seus corredores legitimando a ideia de que a única solução para estas pessoas é sair da escola.

É inviável falar de diferença ou diversidade na escola sem afirmar que de partida não há igualdade. Segundo Berenice Bento (2011) é a diferença que constituiu a sociedade e a noção de igualdade deita-se sobre a noção de existência de um padrão ou modelo vigente de existência, sexualidade, corpo, identidades que são hegemônicas. Esta ideia de igualdade, bastante naturalizada, mascara processos de poder e hierarquias entre diferentes vivências, práticas e comportamentos que escapam dos moldes hegemônicos que organizam as relações sociais.

Existem, por exemplo, indicadores fortes a respeito de um discurso patologizante das identidades dentro da instituição escolar. Esses indicadores refletem em certa autoridade que a instituição tem para executar a ‘limpeza’ social dessa “contaminação”. Nesses termos se consolida um heteroterrorismo que aloca as pessoas que dissidem da norma heterossexual e de gênero alinhado ao sexo designado ao nascer em espaços ‘apropriados’, sob a vigilância de avaliações médicas e clínicas como aponta Berenice Bento (2011).

Dessa forma o espaço escolar, mesmo considerado um dos principais espaços de socialização e de construção de relações pode se

mostrar regulador e perverso. Diante destes dados cabe problematizar as mudanças que vem ocorrendo atualmente na sociedade e que tangem as experiências trans\* na escola e que levam algumas instituições de ensino a dar uma condição mais humana de sobrevivência para esses sujeitos/as e também a problematizar as repetições de normas e padrões excludentes dentro das instituições. Richard Miskolci (2012), em seu livro *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* propõe um “estranhamento à educação”, no sentido de observar de que modo ela opera na construção dos sujeitos. O autor propõe esse estranhamento diante as tensões emergentes, principalmente no ensino básico, onde se observa um cenário de conflitos entre os interesses do ensino e o surgimento da demanda de pessoas por reconhecimento e direitos.

Para pensar a escola historicamente é necessário observá-la como um lugar de normalização em prol dos interesses do Estado a partir do final do século XVIII e início do século XIX. O processo de educação e a expansão do ensino estão completamente ligados ao desenvolvimento das nações contemporâneas. É através da educação que se difundem padrões culturais que visam unificar politicamente as nações, criando um sentimento de pertença comum, utilizado em prol dos interesses do Estado. Nesse sentido, era importante educar pessoas para que elas se tornassem cidadãs de uma nação, e em contra partida, havia interesse do Estado em governar pessoas. Dessa forma, é possível perceber como a educação funciona como instrumento da biopolítica<sup>2</sup>. Ela é considerada uma forma de normalização coletiva. É no ambiente escolar que os princípios coletivos sobre como se deve ser emergem como demandas, como imposições, muitas vezes de uma forma violenta. Um exemplo clássico para a normatização presente no cotidiano escolar pode ser dado através da divisão de atividades (principalmente as desportivas) entre meninas e meninos, ou ainda, a divisão do banheiro masculino e feminino realizado na escola.

Seguindo essa perspectiva, a escola assim como os banheiros podem ser interpretados como tecnologias de gênero<sup>3</sup>, como analisa Preciado (2006) em sua reflexão presente no artigo *Gênero y Basura*:

---

<sup>2</sup> Na obra de Michel Foucault (2008) é o estilo de governo que regulamenta a população através do biopoder (aplicação e impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana).

<sup>3</sup> Tereza de Lauretis (1994) desenvolve o conceito de tecnologia de gênero, em seu texto de mesmo título, como instrumento para analisar ferramentas de disciplinamento e controle relacionadas a construção do gêneros.

*Mear/cagar. Masculino/feminino.* É através da disposição arquitetônica do espaço, que se limita quem pode ou não adentrar ao espaço de acordo com o seu gênero. Dessa forma a sociedade desenvolve mecanismos para moldar e colocar cada indivíduo dentro de categorias, que o definiram enquanto sujeito, inserido em contextos sociais e culturais. No caso do banheiro o demarcador de gênero é o fator relevante. Preciado analisa as diferenças arquitetônicas dos banheiros públicos e de que maneira eles se legitimam enquanto próteses de gênero. Para Preciado, há, nos banheiros uma inspeção de gênero e o controle público da heterossexualidade feminina, por exemplo, passa primeiramente pelo olhar. Existe, nestes banheiros, um julgamento que define se determinado indivíduo pertence ou não aquele espaço e qualquer ambiguidade de gênero é questionada. Além do exame de gênero, o segundo ponto problematizado, refere-se ao âmbito físico. As disposições das cabines, colocadas uma ao lado das outras remetem a um imaginário de privacidade meramente visual, as pessoas são separadas por cabines, ou seja, o espaço público é dividido dentro de uma lógica de privacidade, fazendo referência a outros espaços em que o binarismo de gênero atribui o espaço público a masculinidade e o espaço privado à feminilidade. O terceiro ponto, seria relacionado a representação de gênero imposta assim que se escolhe em qual banheiro entrar. No caso do banheiro feminino, a saída da cabine e a imposição e obrigatoriedade de se deparar com uma imagem feminina no espelho é mediada sob os olhares reguladores das mulheres no banheiro. Se não há uma correspondência imediata aos aspectos definidores da feminilidade, os próprios olhares de outrem acabam fazendo o papel de regulador daquela ordem instaurada, reafirmando o alinhamento entre gênero e sexo biológico.

No que diz respeito aos banheiros masculinos, é a partir do século XIX que a disposição arquitetônica dos banheiros começa a se basear na divisão entre genital e anus, dessa forma se produz e reafirma uma masculinidade heterossexual. Para Preciado (2006), a arquitetura funciona como uma verdadeira prótese de gênero que produz e fixa tais “diferenças biológicas”. O ato de mijar de pé publicamente, remete às performances que compõem a masculinidade heterossexual moderna. O que o autor chama de “mear-de-pie-entre-tios” (mijar de pé entre homens) é uma atividade cultural que produz vínculos de sociabilidade, compartilhados por todos aqueles que ao praticarem, são reconhecidos como homens socialmente.

Posto isso, Preciado (2006), estabelece que existem duas lógicas opostas que predominam nos banheiros masculinos e femininos. O

banheiro feminino reproduz o imaginário doméstico em meio ao espaço privado. Já os banheiros masculinos, são os considerados pertencentes à ordem dos espaços considerados públicos, embasados nas reafirmações do imaginário de que o espaço público é somente para homens. Dessa forma, o banheiro feminino seria como um lugar de vigilância coletiva a fim de reafirmar a feminilidade heterossexual, e o banheiro masculino reitera a ideia de que o espaço público é exclusivo para homens. Além disso, problematizar a disposição arquitetônica desses banheiros, sustentadas sobre a ideia de divisão entre “mijar e cagar”, assegura a masculinidade heterossexual de uma possível tentação homossexual, ou pelo menos, a condena ao âmbito da privacidade. Por fim, Preciado (2006) defende que vamos ao banheiro apenas para reafirmar nossas necessidades de gênero. Ao invés de utiliza-lo para cumprir as necessidades fisiológicas, vamos até ele reafirmar códigos de masculinidade e feminilidade em espaço público.

Claro que é de extrema importância ressaltar que a análise de Preciado (2006), foi feita nos banheiros de um aeroporto em Paris, o que torna um ponto bastante distante das possíveis correlações com banheiros das escolas públicas do Brasil<sup>4</sup>. Somente pelo fato de ser um banheiro de aeroporto, já evidencia um recorte de classe social bastante relevante para pensar sobre que tipos de masculinidades e feminilidades transitam por ali. Porém, a relevância das análises de Preciado (2006), está no pensar o banheiro enquanto prótese de gênero, enquanto tecnologia que ensina algo e que pode ser aprendida. E é nesse sentido que é possível fazer uma ponte entre a produção de um gênero e sexualidade normativos, encaixados aos padrões estabelecidos para determinadas categorias e de que maneira essas tecnologias são utilizadas, dentro de um viés impositivo ou não, para “educar” e produzir sujeitos generificados.

A invenção da categoria masculino e feminino nos discursos e práticas sociais é um marco significativo no que tange a construção dos

---

<sup>4</sup> Para uma análise sobre banheiros brasileiros como tecnologias de gênero ver: SILVA, K.M.; LONGHINI, G.D.N.; FERNANDES, F.B. Arquitetura material-simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem? In: PENSATA Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v. 4, n. 1, ano 4. 2014. Semestral. ISSN: 2237-678X.

Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2012/06/Fa%C3%A7a-o-download-da-revista-pdf.pdf>

Acesso em: 29 de junho de 2017.

sujeitos sexuados e suas posições na sociedade contemporânea. Dentro desse mesmo contexto Michel Foucault (1988), remonta a história dos corpos, dos sexos e desejos criados pelos discursos e práticas institucionais que os sustentam, o que o autor denomina de dispositivo de sexualidade. Para Foucault foi por meio de um controle dos corpos articulados por diversas estratégias que surgiu uma sexualidade. Essa sexualidade é utilizada como padrão no que diz respeito a criar discursos e práticas regulatórias que produzem sujeitos e uma hierarquização entre eles. Essa hierarquia constrói-se sob a patologização de condutas e valorização de outras. A invenção do dispositivo da sexualidade provocou uma alternância no funcionamento do poder, que agora se constitui enquanto poder normalizador, esse poder tem o exame como instrumento mais eficiente e produz a ideia de anormalidade, colocando-a como um problema teórico e político.

Além do binarismo imposto pelas disposições arquitetônicas e pelos ideais coletivos que diferenciam quase todo o tempo o masculino do feminino, o ambiente escolar está assegurado pelo regime de visibilidade heteronormativo, que consiste em um modelo social que regula a forma como as pessoas deveriam se relacionar. Nesse caso a heterossexualidade seria o padrão normal estabelecido. Segundo Richard Miskolci:

A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundamentada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe através de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero (MISKOLCI, 2012, p. 47).

Ainda para o autor, heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são três conceitos diferentes e importantes que ajudam a entender a hegemonia cultural hétero em diferentes perspectivas. Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo pode ser elucidado através dos livros didáticos utilizados nas escolas que apresentam apenas casais formados por homens e mulheres.

Heterossexualidade compulsória é a imposição do modelo heterossexual como modelo das relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. E heteronormatividade pode ser entendida como norma social que pressupõe a heterossexualidade enquanto única possibilidade, ou melhor, único padrão normal de sexualidade delimitada por diversas regras sociais que invisibilizam e discriminam

vivências que não correspondam a esse padrão, como a homossexualidade ou a transexualidade. Nesse caso, é importante ressaltar que também se utiliza o termo cissexismo para pensar a produção de conhecimento a partir de um corpo padrão, onde gênero corresponde a uma genitália específica, reafirmando um padrão de um corpo cisgênero.

Grande parte da educação e produção de conhecimento é embasada numa perspectiva heterossexista e cissexista. Miskolci, assim como Guacira Lopes Louro (2001) e outros autores que tencionam os processos de normatização presentes na educação, na produção de conhecimento e no cotidiano escolar, chamam a atenção para a necessidade de partir de um olhar atento e crítico ao se deparar com perspectivas que defendem certa neutralidade e cientificidade no que diz respeito a produção de conhecimento, Já que em sua maioria, estes são posicionamentos defendidos e desenvolvidos sob um viés branco, cisgênero, cristão e heterossexual que reiteram as normas e convenções culturais presentes na sociedade que são impostas de maneira direta ou indireta através dos próprios materiais didáticos e discursos midiáticos. Entendendo a escola como um mecanismo que se propõe a manter as normas sociais e considerando que a sociabilidade na escola reflete em outros campos da vida em sociedade, ao pensar as vivências nas salas de aula, do pátio no recreio, dos banheiros, é possível observar que toda essa estrutura cumpre uma função, de produzir corpos. Como ressalta Larissa Pelúcio (2014) uma pedagogia de gênero que moldam nossos comportamentos, educam nossos corpos.

A autora observa que quando se problematiza a categoria gênero no espaço escolar, depara-se com um viés que reafirma de forma naturalizada as relações de gênero, pautada na desigualdade entre meninas e meninos no espaço escolar. Um exemplo comum são as filas que separam meninas e meninos, criando uma separação que é bastante internalizada de que homens e mulheres são absolutamente diferentes, embasados em pressupostos que defendem a diferença biológica dos corpos. O exemplo do banheiro problematizado acima, é bastante presente nas narrativas e problematizações sobre gênero e (trans)sexualidade na escola. Nesse sentido Larissa Pelucio ressalta:

Quando deslocamos nosso olhar do indivíduo para as normas e convenções sociais que o conformam, criamos um campo complexo de tensões, evidenciando que sexo e gênero são, antes, questões de Estado, e, portanto, públicas, não de

foro privado. São antes políticas do que biológicas (PELUCIO, 2014, p. 114).

Para a autora o olhar normatizado e biologicista é predominante no ambiente escolar, porém sua proposta é de que haja uma inversão no olhar sobre as questões emergentes sobre gênero e sexualidade na escola, com a intenção de levar o debate para além dos muros do debate privado, e expandir para a esfera social/pública.

Analisar o regime de heterossexualidade construída enquanto norma social ideal, em termos de sexo, gênero e desejo, assim como fez Judith Butler (2008), tem relevância, no sentido de que todos os sujeitos são atingidos por mecanismos de poder que visam a produção da heterossexualidade hegemônica como única possibilidade inteligível. Dessa forma a heterossexualidade, enquanto referência ou matriz, de significação de corpos, gêneros de desejo realiza uma movimento de mão dupla, segundo Butler (2000). No sentido de que produz corpos que podem ser considerados enquanto sujeitos e também produz os que não o são. Esses processos de construção de corpos estão articulados, a medida em que se produz sexo alinhado com gênero e desejo, também se constrói corpos que estão a margem do ideal hegemônico. Tornando assim os que não correspondem as normas sociais, fundamentais para a reiteração da norma heterossexual.

O dispositivo de sexualidade elaborado por Foucault, assim como o de heterossexualidade enquanto norma social desenvolvido por Judith Butler, são dois conceitos importantes para compreender de que forma operam os mecanismos de controle dentro das instituições estatais, principalmente a escola. Se na década de 1980 o contexto brasileiro é marcado pela emergência de demandas por direitos das “minorias sociais”, a década de 1990 é marcada pela emergência dos movimentos homossexuais e sua divisão em diferentes grupos marcados pelo recorte de identidades sociais e jurídicas. Segundo César e Sierra (2015), as estratégias estabelecidas pelos grupos sociais organizados em torno à questão da diversidade sexual é, em sua maioria, pautada no reconhecimento jurídico e na conquista de direitos. Dessa forma, a conquista e reconhecimento de direitos individuais ganha ênfase nas pautas dos movimentos sociais a partir da década de 1990, principalmente sobre o campo do reconhecimento de identidades específicas, isto é, o direito de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Os autores observam que o cenário político brasileiro é demarcado pela consolidação de políticas LGBT, exclusivamente organizadas por grupos sociais formados em torno das identidades

sexuais e de gênero, os quais se concebem como sujeitos identitários que reivindicam direitos.

Esse momento é marcado pelo início de uma importante dinâmica social onde esses novos sujeitos de direitos e as novas identidades abarcadas pelos movimentos sociais reivindicam direitos sociais e individuais que lhes foram negados por sua identidade de gênero e da orientação sexual. Entretanto, olhando mais adiante, é possível observar os riscos produzidos por esse processo, no que está relacionado à normatização dessas identidades. Para César e Sierra (2015), faz-se necessário questionar a produção das identidades envolvidas nos processos de identificação dos sujeitos, utilizando como referência algo como “uma atualização contemporânea” dos dispositivos biopolíticos de controle, regulação e verificação presentes nas formas atuais de governo das diferentes populações ou grupos sociais. Nesse sentido os autores defendem que:

A partir dessa perspectiva teórica foucaultiana, podemos observar como a produção de novas identidades e novos sujeitos de direitos está associada à produção de novos mecanismos de controle e regulação de corpos, modos de vida, práticas sexuais e sociais (CÉSAR, 2010. Apud CÉSAR e SIERRA, 2015, p. 229).

Assim, os autores (César e Sierra, op.cit), apontam que esse controle dos corpos é efetivado através do dispositivo de sexualidade e ressaltam que o conceito de sexualidade em nosso contexto histórico social se legitima a partir da separação entre normalidade e anormalidade. No contexto contemporâneo dos movimentos sociais LGBT, é notável a reiteração e os deslocamentos atribuídos a produção de novos sujeitos localizados fora da norma sexual hegemônica. A ideia de transexual “verdadeiro”, por exemplo, surge nesse contexto, na reiteração de um sujeito resumido a um corpo e a um desejo específico.

A categoria transexual é uma definição moderna, desde o início do século XX a área médica e psi vem tentando definir essa experiência. No entanto, é na década de 1950 que surgem definições que defendem a especificidade do “fenômeno transexual”. É a partir dessas definições que começa a ser construído o que é definido por Berenice Bento de “dispositivo transexual”. As práticas regulatórias do corpo e as teorias começam a se destacar nas décadas de 1960 e 1970, com o surgimento de associações internacionais que se propunham distinguir as diferenças entre gays, lésbicas e transexuais. Ao passo que se criava teorias para distinguir as especificidades de cada categoria, também se propunham modelos apropriados de “tratamento”.

Segundo Berenice Bento (2006) são duas as principais vertentes que emergem para definir a transexualidade, uma de cunho biologicista que visava encontrar definições corporais e outra que atribuía à educação o destaque principal na formação da identidade de gênero. Mesmo com a disputa dos saberes, não houve impeditivos para que se construíssem definições de cunho biologicista e outras de cunho construtivista a respeito da identidade de gênero. Como principal nome, destaca-se o médico britânico Jonh Money que realizou o primeiro congresso da *Harry Benjamin Association* em 1969, após oito anos a instituição muda de nome para *Harry Benjamin Internacional Gender Dysphoria Association*. A transexualidade passa a ser considerada “disforia de gênero”, termo atribuído pelo médico Jonh Money em 1973. É a partir do livro de Harry Benjamin escrito em 1966, intitulado *el fenómeno transexual* que começam a criar bases para se definir e diagnosticar o “transexual verdadeiro”, nesse livro são estabelecidos parâmetros avaliativos utilizados para definir se as pessoas que chegavam aos hospitais ou clínicas solicitando a cirurgia são “transexuais verdadeiros”. Esse documento gerou desdobramentos de valoração micro e macro. No âmbito micro criou-se um princípio avaliativo entre os próprios transexuais, uma espécie de julgamento entre quem é transexual verdadeiro ou não. Já No âmbito macro estabelecem-se avaliações das instituições sobre as pessoas transexuais, principalmente no âmbito médico e jurídico, diante as demandas de mudança de documentos ou mudanças corporais.

Assim, é efetivada a manutenção das estratégias teóricas políticas que pressupõem um sujeito, uma identidade, um direito e uma ideia de cidadania embasadas em uma noção de identidade e de sujeito de diretos, reduzidas a um ideal de corpo, práticas, experiências, prazeres. Em suma, reduzidos a outra caixa de identidades que se pressupõe fixa e definitiva. Sierra e Cesar (2015) apontam que isso pode ser entendido como um processo de sujeição, o que para Michel Foucault materializa a ação dos processos de normalização.

É necessário olhar além das inegáveis conquistas jurídicas-políticas da comunidade LGBT, dentro dessa aliança entre Estado e movimentos sociais, e observar as reconfigurações de sofisticadas estratégias biopolíticas de controle e regulação da própria população LGBT, dentro de um contexto ambivalente, partindo do Estado e também dos próprios movimentos sociais. É de extrema importância efetuar uma análise crítica atenciosa, sobre a maneira em que o espaço escolar se articula em prol da normatização dos corpos e vivências que fogem da normatividade imposta pelo sistema social.

Os efeitos de poder que estão associados aos processos de exclusão de pessoas trans\* ganham potência quando a análise se desloca para as instituições. Ao passo que a experiência trans\* vai se afastando da norma heterossexual, ela vai se tornando insuportável dentro da escola, a instituição percebe-se incapaz de “corrigir” ou reiterar a norma “heterossexual e cisgênera” naquela vivência e acaba criando mecanismos para a exclusão desses corpos. É este processo de exclusão e de não cumprimento e reconhecimento das leis que pretendo debater adiante.



### **Capítulo III: ENTRAVES E RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Problematizar a experiência trans\* no espaço escolar, traz a tona a existência de um desacordo entre um suposto “reconhecimento” desses sujeitos por parte do Estado através de sanções que asseguraram algum direito no sentido de garantir reconhecimento das identidades trans\* e um descumprimento dessas leis nas relações sociais. Como aponta Santos (2015), a presença trans\* no espaço escolar não acontece se não houver um esforço da instituição em reconhecer tal vivência. O intuito da instituição é regular essa vivência. Dessa forma pessoas que constroem sua identidade de gênero fora do limite estabelecido a partir de uma definição biológica dada ao nascer, causam estranhamento ao adentrarem o espaço escolar, gerando incômodos, curiosidades. Em suma acabam “perturbando” a ordem da escola e com isso a presença trans\* na escola se constrói como um “acontecimento”. Para analisar os processos de exclusão das vivências trans\* na escola Santos (op.cit.) aponta à necessidade de análise que se baseie em conceitos específicos, na medida em que se considera a escola enquanto uma construção do final do século XVIII. Para a autora tanto a escola como a transexualidade são entendidas como construções da modernidade. Para localizar a experiência trans\* na escola é necessário partir de uma análise em que se observa a construção da escola enquanto instituição disciplinar e refletir sobre a maneira que seus discursos e práticas foram e são engendrados em meio a relações de saber/poder para a produção de corpos dóceis, úteis e governáveis, como propõe Foucault.

Dentre os múltiplos deslocamentos contemporâneos Santos (2015) destaca a pedagogia do controle como cerne das problematizações que servem para a análise sobre as experiências ditas desviantes na escola. Para a autora esse conjunto de transformações estruturais presente no projeto moderno ganha corpo no contexto brasileiro na década de 1990, compondo um cenário histórico social de muitas rupturas e deslocamentos. Esse momento é marcado pela transição do governo liberal para o governo neo-liberal e com isso se estabelece um novo modelo social, definido por Deleuze (1992 apud Santos, 2015) como sociedade de controle. Para ele esse modelo de conformação social imbrica as instituições na produção de subjetividades diferentes daquelas produzidas pela escola disciplinar na

modernidade, analisada por Foucault (1988). Deixa-se a ideia de sujeito de direitos e passa a considerar o sujeito que se constitui a partir da demanda do mercado. Assim a escola é pensada enquanto empreendimento biopolítico, localizada nas relações entre a biopolítica e essa nova forma de governamentalidade neoliberal. Nesse sentido a escola enquanto empreendimento biopolítico contemporâneo tem por objetivo capturar os corpos para torná-los viáveis para produção e para o consumo.

Dessa forma, estar na escola atualmente significa investir em si, através de investimentos no corpo, se constituir enquanto sujeito na escola está atrelado a vários atributos que estão colados ao corpo, um deles é o dispositivo de sexualidade, por exemplo, a escola gerencia e captura os corpos sexuados através de um dispositivo formado por uma rede de saber/poder/controlando transformando-os em produtores e consumidores, pré estabelecendo um roteiro que determina cada experiência a partir de um premissa biologicista que atribui gênero ao sexo separando os corpos dentro da lógica de produção e consumo. Ao mesmo tempo em que os corpos correspondem a esse controle disseminado no cotidiano escolar, existem vivências que desobedecem e desestabilizam essa premissa. Considerando inclusão como princípio imperativo presente na sociedade de controle, observa-se que a vivência trans\*, embora corresponda a boa parte dessa lógica de produção e consumo, acaba quebrando algumas regras devido a materialidade de seus corpos. Essa materialidade se traduz nas transformações corporais e como esta condiciona um regime de visibilidade absoluto e cristalizado das pessoas trans\*. Ao passo que essa experiência se cristaliza através da extrema visibilidade que aquela/aquele sujeito passa a ter socialmente, a exclusão acontece devido as próprias transformações corporais tornarem-se visíveis.

Na tentativa de elucidar a questão, trago a reflexão a partir de uma situação casual meramente demonstrativa: a simples solicitação de matrícula feita por um/uma aluno/a trans\*. Primeiramente a solicitação é “acatada” pela escola, pois existe uma lei regulamentando, que todo cidadão e cidadã têm direito ao acesso ao ensino. Consequentemente, como aponta a análise de Santos, a instituição se coloca em estado de alerta e vigilância, a inserção de uma pessoa trans\* na escola faz com que seu corpo e sua vivência sejam altamente visibilizadas, muito dessa hipervisibilização diz respeito à atribuição de um “desajuste” entre o pressuposto normativo de alinhamento entre gênero e sexo biológico, que ganha destaque conforme as transformações corporais, potencializando funções de controle de corpos na instituição. Segundo

Santos (2015), a escola, enquanto instituição, precisa estabelecer estratégias de controle de tais corpos de forma a garantir que a ordem seja preservada a qualquer custo, consolidando o que é denominado por Foucault como exercício biopolítico, sempre visando novos corpos a serem capturados, no âmbito de torná-los produtivos e viáveis.

Santos aponta que tanto nos movimentos sociais quanto nas escolas sempre foram mais visíveis a presença de mulheres transexuais e travestis. No entanto, desde 2010, as transmasculinidades vem ganhando visibilidade, em consequência das representatividades de homens trans\* nos movimentos sociais e em outros espaços públicos. Com esse cenário de visibilidade emergente e medidas que regulamentam o reconhecimento dessas vivências, a experiência trans\* começa a ser percebida cada vez mais no tempo e espaço escolar.

Somadas a essa crescente visibilidade, vemos que na última década a temática trans\* e educação tem ganhado destaque em pesquisas acadêmicas. As teses de Simone Ávila (2014) e de Luma Andrade (2015) trazem apontamentos significativos no intuito de efetivar uma discussão sobre as vivências trans\* nas escolas. Simone Ávila observa que é na escola que estão muitos dos seus sujeitos de pesquisa. A autora aponta que a educação é um dos pilares fundamentais quando se analisa o reconhecimento dos sujeitos e suas identidades. Luma Andrade (2015), que é a primeira travesti doutora do Brasil, se dedica à uma análise densa sobre a vivência travesti nas escolas, apoiada em perspectivas foucaultianas para pensar a escola enquanto mecanismo de controle que se legitima na reafirmação da divisão e hierarquização dos sujeitos a partir da dicotomia normal e anormal, para ela:

É assim que acontece no jogo das comparações e na armadilha do binarismo extremista. Quando as pessoas são convidadas a classificar os costumes sexuais que se encontram à margem, elas o fazem, inicialmente por analogia, comparando com o sistema normativo socialmente aceito, criando estereótipos e clichês usados para classificar os outros (ANDRADE, 2015, p.).

Luma Andrade (2015) em sua tese de doutorado ressalta como são variadas as interpretações a respeito das identidades trans\* dentro da escola. Muitas vezes, essa questão passa por um absoluto

desconhecimento e não reconhecimento por parte dos funcionários, gerando um cenário de invisibilidade sobre o tema. A forma como os funcionários da escola e professores reconhecem ou não um aluno ou aluna trans\*, implica diretamente na sua permanência na escola e no seu desenvolvimento enquanto aluno/a. Uma das interlocutoras da pesquisa de Luma Andrade narra seu embate com a diretora da escola em que estudava, contando que a diretora se opunha a ideia da aluna desfilar representando a escola em um concurso em que outras escolas da região também competiriam. A narrativa apresenta uma constante tentativa da diretora do colégio de invisibilizar a aluna, como se fosse impensável que aquela pessoa pudesse representar a escola.

Tanto nas análises de Luma Andrade (2015), quanto nas reflexões de Simone Ávila (2014), que analisou a emergência das transmasculinidades enquanto categoria identitária no Brasil, percebem-se narrativas que reafirmam esse desconhecimento das identidades trans\*, elemento que, muitas vezes, impossibilitam que alunos e alunas trans\* permaneçam na escola, já que o desconhecimento faz com que pessoas não tenham sua identidade reconhecida e respeitada. Nesse sentido é interessante ressaltar alguns pontos fundamentais acerca do reconhecimento da identidade de gênero, como os nomes nas listas de chamada. Algumas vezes os próprios alunos solicitam em sala para que os professores alterem seu nome na chamada, porém essa estratégia não garante que não haja constrangimentos e desconfortos. Mesmo em instituições que utilizam a política de nome social muitas vezes essa não é respeitada pelos funcionários, colegas de turma e outros servidores da instituição. Isso demonstra o quanto ainda há precariedade no que diz respeito ao reconhecimento de direitos das pessoas trans\*. Nesse sentido, o caráter de invisibilidade decorrente do não reconhecimento das identidades trans\*, faz com que esses indivíduos fiquem a mercê de um aparato regulador jurídico com bases cisnormativas e apoiado nos discursos biomédicos que categorizam a transexualidade como patologia, para garantir o reconhecimento e respeito da sua identidade de gênero dentro das instituições. Por vezes isso leva muito tempo até que a instituição reconheça e faça com que os funcionários respeitem a identidade de gênero do aluno/aluna. O desconhecimento do professor sobre as próprias normativas da instituição a respeito do reconhecimento das identidades trans\*, resulta em extremo desrespeito, bastante característico no cotidiano dos alunos e alunas. O que se apresenta é um cenário onde a falta de conhecimento da existência de uma regulamentação que garanta reconhecimento e direitos das pessoas

trans\* provoca apagamento social, assegurando mecanismos de invisibilidade e marginalização.

Segundo Àvila (2015), no Brasil, para que um/a transexual possa alterar o nome que consta na certidão de nascimento é necessário passar formalmente por um processo chamado de transexualizador. Esse processo seria referente ao tempo em que o sujeito transexual recebe um acompanhamento clínico em hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde, por uma equipe de saúde de multiprofissionais, que inclui endocrinologistas, psicólogos, cirurgião, urologista, assistente social. Esse processo tem duração de aproximadamente dois anos e é considerado um período de avaliação do sujeito, com o intuito de definir se ele é um transexual dito “verdadeiro” e se está apto a realizar as modificações desejadas. Somente após esse processo é que a pessoa pode solicitar a mudança de nome e sexo nos documentos de identidade. O que a autora chama a atenção é a necessidade que as pessoas trans\* tem de uma “autorização” médica e jurídica para conseguir realizar a mudança de sexo e documentos. Reificando assim a ideia de um controle biomédico assegurado por um aparato jurídico, que autoriza ou não o sujeito a satisfazer sua vontade.

No Brasil, mesmo que a passos lentos e com alguns entraves é possível fazer a alteração de nome. No entanto esse é um processo bastante recente, pois há algumas décadas atrás o cenário era outro, como é apresentado por João Nery (2011) em sua autobiografia. João realizou sua transição (feminino para masculino) no final da década de 1970, num contexto de ditadura militar, onde qualquer expressão de gênero e sexualidade que desviassem da norma heterossexual era consideradas subversivas. Mudar de nome juridicamente, de Joana para João, custou perder seu diploma, pois para conseguir a mudança de novo ele precisou fazer uma nova certidão de nascimento, fazendo com que ele perdesse a autorização de atuar como professor e psicólogo, já que com a nova identidade ele era considerado uma pessoa analfabeta, pois não havia nenhum documento para comprovar sua escolaridade.

Conforme já apresentei anteriormente, alguns países como Inglaterra desde 2005 e Espanha, desde 2007, não tornam as cirurgias de redesignação sexual obrigatórias para reconhecimento das identidades de gênero, no entanto matem obrigatórios o laudo psiquiátrico e prescrição de tratamento hormonal. Na Argentina desde 2012, reconhece as pessoas trans\* e autoriza a mudança de nome e sexo sem a necessidade de nenhum tipo de diagnóstico ou tratamento. Diferentemente, no Brasil Tramita na Câmara o Projeto de Lei 5002/13, do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) e da deputada Erika

Kokay (PT-DF), que estabelece o direito à identidade de gênero definida como a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, que pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento.

O projeto prevê que o acompanhamento ao processo transexualizador seja custeado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), tanto tratamentos hormonais, quanto cirurgias. E que pessoas maiores de dezoito anos podem ter acesso ao tratamento sem a necessidade de laudos clínicos e psiquiátricos ou autorização judicial. A proposta também prevê a mudança do prenome para os maiores de dezoito anos sem a necessidade de autorização judicial. Da mesma forma, autoriza a mudança da designação sexual nos documentos sem exigir que a pessoa tenha passado por cirurgias, mantendo os mesmos números dos documentos e garantindo o sigilo sobre o nome de registro. De acordo com o projeto, as pessoas trans\* poderão utilizar o nome social, sem precisar fazer alterações na documentação e retificação do nome em cartório, garantindo o direito de que esse nome seja respeitado em instituições públicas e privadas. Atualmente o SUS subsidia algumas cirurgias, como a mastectomia bilateral e a histerectomia, no caso de homens trans e para mulheres trans a cirurgia de redesignação genital, chamada de neovaginoplastia. Porém a pessoa precisa enfrentar uma lista de espera gigantesca. Além disso, para que se consiga é necessário passar por análises médicas criteriosas que passam por uma equipe médica formada por psiquiatras, psicólogos, endocrinologistas, ginecologistas e cirurgiões. Geralmente a pessoa é submetida a um período de “teste”, onde inicia o tratamento hormonal e faz acompanhamento psicológico, é exigido um tempo de aproximadamente dois anos para extrair a “certeza” de que a pessoa está apta a realizar cirurgias.

Nesse sentido, um processo que teoricamente poderia parecer rápido torna-se algo doloroso e cheio de entraves, além disso, repercute em vários âmbitos da vida dos sujeitos, desde constrangimentos causados por serem chamados/as em locais públicos, em fila de hospitais, chamadas na escola pelo nome de registro. O contexto brasileiro aponta um pseudo avanço em relação ao reconhecimento das identidades trans\*, como o projeto de lei que prevê a possibilidade de mudança de nome sem necessidade realizar cirurgias. Em alguns estados como o Rio Grande do Sul se implementou, a nível estadual, um novo documento, chamado de carteira de nome social, onde constam o número da identidade e o nome com que a pessoa quer ser chamada, uma exceção no contexto nacional. No entanto, as pessoas ainda

precisam se submeter a milhares de burocracias jurídicas e médicas, dentro de uma perspectiva bastante normativa que exige cirurgias e laudos médicos, já que as identidades trans\*, ainda são classificadas enquanto patologia, atestado pelo DSM. Dessa forma sujeitos que não querem fazer cirurgia de redesignação sexual, mas querem fazer mastectomia, exemplo bastante comum nas vivências transmasculinas, como aparece nas narrativas dos interlocutores da pesquisa de Simone Ávila(2014), e que possuem laudos psiquiátricos atestando a transexualidade, não tem a garantia de que sua identidade será reconhecida juridicamente ou até mesmo nas instituições públicas de ensino, que apesar de institucionalmente reconhecem o uso do nome social, ainda contam com professores e funcionários que não respeitam o nome dos/as alunos/as na lista de presença. Como o caso de Marcos, apresentado acima. Dessa forma o indivíduo se vê, muitas vezes, forçado a exclusão social, o fato do não reconhecimento da sua identidade resulta em um não pertencimento imposto, caso não esteja totalmente correspondente às normas de gênero vigente.

No que diz respeito ao processo judicial de reconhecimento das identidades de gênero, tema problematizado por Berenice Bento (2014), a autora aponta as “gambiaras” desenvolvidas para forjar a existência de um reconhecimento paliativo das identidades trans\* denominado nome social. A autora contextualiza o cenário brasileiro diante as questões de direito e cidadania da população trans. Primeiramente, destaca que o Brasil é citado no contexto internacional dentro dos debates de gênero, por sua “criatividade inédita” de inventar a “ferramenta” chamada de nome social. O nome social refere-se a normativas que regulamentam o respeito às identidades de gênero nas esferas micro, como universidades e escolas públicas. No entanto, ressalta o caráter ambíguo dessa política, pois nem sempre o indivíduo tem o reconhecimento pleno de sua identidade, demonstrando a ineficácia da ferramenta.

Para Berenice Bento (2014) refletir sobre a política do nome social desemboca em uma análise crítica das elites nacionais (econômica, políticas, raciais, de gênero e sexual) que se apropriam das estruturas estatais para frear o desenvolvimento e a garantia de direitos plenos às populações marginalizadas. A autora considera a categoria elites, não como um lugar hegemônico e linear, mas algo que se desloca através dos marcadores da diferença. Dessa forma, aponta uma crescente onda de conservadorismo presente nos espaços de poder. Demonstrando como o cenário nacional é historicamente marcado por um *modus operandi* das elites que se mantém majoritariamente nas

esferas de representação política do país, atravancando as votações e aprovações de leis que garantem direitos a população trans ou negra, por exemplo, minorias historicamente marginalizadas, implementando leis a conta gotas. Assim, cria-se um sistema onde se desenvolve a lógica “excluídos são incluídos para continuarem a ser excluídos” (BENTO, 2014, p. 167). Tal autora considera que essa lógica tornou-se característica nacional e reflete como se constitui a relação entre o Estado e as populações marginalizadas. O nome social como direito concedido é uma ideia bastante falaciosa, pois não garante a pessoa trans\* o reconhecimento pleno de sua identidade. Esse é apenas um exemplo de como a política brasileira se organiza sob o que Berenice Bento chama de cidadania precária. Para autora:

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se constituir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi e (continua sendo), lento e descontínuo (BENTO, 2014, p. 167).

Dessa forma a autora percebe e aponta uma total ausência de uma legislação que assegure os direitos fundamentais às pessoas trans. Atualmente existem três projetos de lei que tramitam no congresso nacional: o PL 72/2007, do ex-deputado Luciano Zica; o PLS 658/2011, da ex-senadora Marta Suplicy; e o PL 5002/2013, do deputado Jean Wyllys e da deputada Érika Kokai. Na percepção da autora os dois primeiros projetos se sustentam em argumentos biologicistas caindo na lógica de normatização e patologização da experiência trans, exigindo laudos clínicos e psiquiátricos. Bento aponta que essa lógica reitera a lógica de incluir para excluir, que para autora caracteriza a forma de manter a herança político cultural brasileira de abordar as demandas das populações excluídas como se os atos de poder fossem dádivas.

Em contra partida, o projeto de lei 5002/2013, denominado Lei João W. Nery, a Lei de Identidade de Gênero, de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL- RJ) em coautoria com a deputada federal

Erika Kokay (PT-DF), citado a cima, é pioneiro em estruturar-se sob a perspectiva de reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans\* no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem hormonioterapia, com garantia de acesso a saúde no processo de transexualização e com foco na despatologização das identidades trans. Esse projeto se inspira nas Lei de Identidade de Gênero na Argentina. No entanto Berenice Bento ressalta que a crescente presença conservadora no poder sinaliza um longo período em que as demandas por democratização de reconhecimento de cidadania viverão um momento de paralisia.

O contexto brasileiro no que se refere a legislações sobre cidadania à pessoas trans\* encontra-se em um cenário conservador, ao mesmo tempo que o Brasil é o único país do mundo que garante um direito negado globalmente, como discute Berenice Bento em relação ao nome social, o Brasil é o único país que oferece o nome social como uma alternativa possível à pessoas trans que não realizaram a retificação de documentos. Para Berenice Bento “aqui transmutamos o respeito a identidade de gênero em ‘nome social’” (BENTO 2014, p.175). A autora aponta que as instituições de ensino, ministérios e outras esferas da vida pública aprovam regulamentos que asseguram às pessoas trans\* a utilização do “nome social”, para ela essa é uma solução à brasileira dada no que tange o reconhecimento das identidades de gênero. Ressaltando que a pessoa muda o nome, mas não altera nenhum documento, de modo que não é efetivamente significativo em termos de cidadania.

No entanto, o que emerge dessa questão é o paradoxo que as normativas apresentam, se por uma lado existe o reconhecimento por parte das instituições de ensino das experiências trans\*, por outro não existe nenhuma legislação que assegure o reconhecimento jurídico e civil dessa população. O mesmo Estado que reconhece o direito a identidade de gênero, a exemplo do nome social nas universidades públicas e escolas, é o mesmo que nega o direito quando se levantam questões como mudança de documentos através do processo judicial.

Desde 2008 percebe-se uma crescente demanda dos movimentos LGBT pela utilização do nome social nos registros escolares de escolas públicas estaduais, levando em conta os altos índices de evasão escolar da população trans. A evasão é percebida como efeito de uma impossibilidade de permanência na escola devido a violências e discriminações. Dessa forma é necessário apontar a importância do reconhecimento do nome social, mesmo que este não assegure pleno reconhecimento da identidade de gênero, pois não garante a mudança do

nome civil, é apenas algo fictício, ele possibilita uma vivência sem constrangimentos em algumas esferas sociais. É nesse cenário confuso e bastante defasado que se discute o direito à identidade de gênero no Brasil. Mesmo que se possa observar algumas potencialidades do no que chamamos de “jeitinho brasileiro”, como garantir ambientes menos hostis a pessoas trans\* e criar argumentos locais e gerais contra a patologização, segundo Bento (2014) ainda nos movemos em uma dimensão da cultura política brasileira onde cidadania é transmutada em dádiva. No exemplo do nome social nas universidades, não existe uma garantia de efetivação imediata do nome social, como já foi dito, algumas vezes o processo demora meses e pode acontecer de não ser reconhecido, o que se percebe é que após a solicitação existe um segundo momento de luta pela implementação na chamada e em outros documentos, como foi exemplificado acima. Dessa maneira estamos sempre um passo atrás na busca por direito e reconhecimento.

Outras possibilidades têm sido notadas. Observa-se que acionar a justiça como poder autônomo na garantia de direitos tem sido uma estratégia utilizada como nova ferramenta no intuito de reverter a cidadania precária. Para Berenice Bento: “a crescente judicialização da vida no Brasil pode ser interpretada como um dos poucos caminhos que restam às populações excluídas” (op.cit, 2014, p.178). No âmbito individual, tem sido comum casos de pessoas que demandaram mudança de documentos e obtiveram êxito mesmo sem realizar cirurgias. De fato são ganhos importantes, mas cabe ressaltar que essa escolha é determinada pelo juiz e nada garante que o parecer será favorável à pessoa trans. Com isso nos deparamos com a formação de uma jurisdição que justifica demandar ao Supremo Tribunal Federal brasileiro o reconhecimento de que as pessoas tem o direito à identidade de gênero.

A universidade federal de Santa Catarina possui uma resolução interna sobre o reconhecimento das identidades de gênero. Resolução normativa de nº 59/Cun/ 2015, de 13 de agosto de 2015. Essa resolução prevê o uso do nome social para pessoa trans\* para fins como concurso vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina e dá outras providências.

O que Berenice Bento ressalta é a necessidade de tomar atenção ao que essa contradição possibilita vislumbrar do cenário que está se montando no Brasil no que tange as questões emergentes do reconhecimento pleno do direito à identidade de gênero. Um contexto que se afirma dentro da lógica de inclusão para exclusão.

Considero a análise de Berenice Bento sobre a questão do nome social no contexto brasileiro, uma tese que traz reflexões sobre cidadania em âmbito jurídico e reconhecimento social, mas mais além que isso, traz a tona questionamentos sobre humanidade, sobre o que é ser reconhecido enquanto ser humano. As lutas por reconhecimento das mulheres, gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, travestis e negro/as, tem a um ponto em comum, todas tiveram que disputar visões e projetos de humanidade. Nesse sentido, todas essas identidades organizadas disputaram visões de mundo em tensão com a perspectiva de que estamos à mercê da determinação biológica. Existe uma constante luta pela desnaturalização das identidades, para as identidades trans isso consiste também na luta pela despatologização. Bento aponta o risco de reforçar a biopolítica implícita no ideal de determinar o gênero por um determinante biológico, com a finalidade de criar, uma identidade estável. Para as identidades trans\* sua potencialidade está justamente em negar quaisquer determinantes biológicos para a mudança de gênero. Seguindo essa lógica, a experiência trans\* ganha potencialidade na luta contra a biopolítica, a luta contra os pressupostos biologicistas e patologizantes das identidades trans\* desloca o projeto de disputa de novos projetos para humanidade. Com isso, inferir um momento do pleno reconhecimento das pessoas trans\* na categoria de cidadania representará que novos significados foram gestados.



## Capítulo IV: TRAJETÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Essa pesquisa se desenvolve no intuito de observar como as estruturas se articulam na intenção de normatizar as vivências consideradas desviantes no ambiente escolar. E também problematizar os efeitos dessas narrativas emergentes que muitas vezes contradizem as normativas e outras vezes reiteram simbólica e materialmente as normas sociais. O que pode ser percebido é que ao questionar as normas também se cria um novo lugar de enunciação que ganha espaço e se solidifica a partir do compartilhamento dessas trajetórias.

A ideia inicial da pesquisa consiste em elaborar entrevistas com alunos e alunas trans\* que entraram na universidade e de que forma criaram ferramentas para existir no espaço de ensino. Para isso entrevistei dois alunos da graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. O intuito era realizar mais entrevistas, mas ao passo que fui mapeando possíveis interlocutores, fui me deparando com constatações empíricas já apontadas pelas pesquisas acima, alguns dos possíveis interlocutores haviam deixado a universidade, elucidando os dados apontados por Berenice Bento (2011), a respeito das vivências trans\* serem marcadas em sua maioria pela evasão escolar. Certamente que os motivos das evasões me despertam muito interesse, no entanto segui com a ideia inicial de entrevistar alunos que seguem cursando o ensino superior.

Para pensar essa trajetória a partir das narrativas dos próprios sujeitos/as, é necessário considerar o contexto histórico e social onde estão inseridas essas experiências, visando contribuir para as discussões sobre a temática a partir de um prisma social, sem reduzir a experiência trans\* a uma perspectiva biologicista e patologizante. E sem objetificar a vivências enquanto meros dados científicos. Nesse sentido também importante ressaltar que essa análise não tem pretensões de inferir verdades, objetividades absolutas, distante disso, pretende-se desenvolver uma análise que parte de um olhar periférico, sem cair em romantizações de tal ponto de vista, é importante considerar que uma perspectiva vista da margem é problemática e nem sempre fácil de ser aprendida, como afirma Dona Haraway (1995). Essa perspectiva não é inocente. Ao contrário, muitas vezes é utilizada justamente por diminuir a possibilidade de negação das análises objetivas, pois parte da experiência. Experiências que são negadas através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento. Nesse sentido é interessante o

posicionamento de Dona Haraway em seu texto sobre saberes situados, onde seu argumento principal versa sobre desenvolver políticas e epistemologias de alocação e posicionamento, na qual a parcialidade seja a condição da construção do conhecimento e não a universalidade. Um conhecimento sobre a vida das pessoas, constituindo a visão a partir de um corpo, que é complexo, contraditório, estruturante e estruturado e que se contrapõe a visão hegemônica, onipresente e simplista.

Como indica Bueno (2002), o método biográfico tem sua potência ao passo que possibilita espaço de voz e de representatividade coletiva, ao mesmo tempo que, no exercício de fala e escuta desenvolvido no método biográfico e sujeito reafirma uma representatividade em si mesmo. Dessa forma cabe chamar atenção à reflexão sobre quais sujeitos importam às pesquisas científicas, e como muitas vezes, os sujeitos postos à margem de tal “importância social”, conseguem ter seus discursos difundidos a partir desse método. Assim observa-se também que a produção de conhecimento partindo dos saberes localizados, põe em cheque e impulsiona uma ruptura dos saberes dominantes.

O que é possível observar sobre as potências das narrativas autobiográficas e biográficas dentro das vivências trans\*, é que a visibilidade das trajetórias tende a possibilitar o empoderamento de novos caminhos e vivências. Novos sujeitos emergem e se fortalecem a partir das narrativas. A potência de identificação criada nas narrativas torna-se relevante no que tange a construção de uma identidade coletiva que vai ganhando cor, voz e espaço nos contextos sociais. O que desemboca na construção de uma rede que marca um momento histórico e político. A visibilização das trajetórias que obtiveram êxito escolar, ou seja, que concluíram o ensino superior, como mostra a reportagem sobre alunas trans\* na UEM que concluíram a graduação e de quanto isso está atribuído de significado político e simbólico, demarcando historicamente um fato sociopolítico que confronta diretamente com os discursos conservadores presentes na sociedade e que caracterizam o cenário político atual do país. A narrativa de minha primeira interlocutora, Maria, não apresenta o desfecho de evasão, ao passo que demarca que sua vivência foi atravessada por diversas violências. Quando questionada sobre se houve reconhecimento da sua identidade durante o ensino regular ela afirma:

*Era uma identidade que era o tempo todo corrigida. Sempre tinha alguém que sabia meu nome de registro, ou que convivia a mais tempo comigo e daí já corrigia quem me conhecia a pouco tempo, ou por*

*exemplo, se chegava um professor ACT, que não estava ali há muito tempo na escola, me tratava no feminino daí eles corrigiam: “não é uma menina, é um menino”, então as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental foi marcada por isso né, por essas correções. Já no colegial foi quando eu comecei a me posicionar né, como pessoa Trans, como mulher Trans. Mas não tinha a minha mulheridade respeitada porque não tinha Nome Social né, não tinha essa política na escola e também não tinha o debate de gênero na escola, então eu também fui bastante violentada no Ensino Médio.*

É perceptível na narrativa de Maria que as violências não estiveram fora de sua trajetória, porém não fizeram que ela desistisse de terminar o ensino regular. Ao passo que elucida, o mesmo que é apontado por Luma Andrade (2015) sobre a questão do reconhecimento do sujeito dentro do espaço institucional, ao ser questionada se houve alguém ou situações em que houve o reconhecimento de sua identidade na época da escola, ela responde que:

*Tive colegas. Eu sempre tive... Eu sempre fui muito popular na escola, apesar de... Eu nunca tive essa... Eu nunca tive um comportamento de uma pessoa problemática, de uma pessoa depressiva, eu sempre fui muito popular, metida, eu sempre estava no meio de tudo, sempre fui a aluna mais inteligente, me colocavam nessa posição de mais inteligente, porque eu sempre sentava na frente, estudava muito, decorava os textos, chegava nas aulas com tudo decoradinho, porque eu sofri muita violência, então eu senti essa necessidade de me destacar de alguma forma, então assim... Tinham pessoas que respeitavam sim, os meus amigos mais próximos, teve uma vez que uma professora de História, ela não me conhecia, e daí ela chegou a primeira vez pra me dar aula e daí ela me tratava sempre no feminino, porque ela não tinha feito chamada ainda né, e daí no terceiro dia de aula, eu acho, ela veio conversar comigo, perguntar como que eu queria ser tratada né, (que agora eu lembrei disso, bem interessante), veio perguntar pra mim como que eu queria ser tratada, e naquela época eu estava tão na comodidade, tão acostumada a ser violentada, que eu não sabia o que dizer pra ela, porque eu não tinha segurança da minha mulheridade, eu era muito jovem, então eu disse pra ela: “pode me tratar da forma que você achar melhor.”, e daí depois disso ela só começou a me tratar no masculino, mas eu lembro desse episódio do dia que ela me chamou no canto assim né, e perguntou como que eu queria ser tratada. Isso foi uma atitude vindo*

*dela, não foi uma coisa que eu pedi ou que eu fui atrás. Mas daí como eu falei pra ela que ela podia me tratar da forma que ela quisesse, então ela se sentia no direito de me tratar pelo nome que estava no papel né.*

Observa-se em sua fala a importância da subjetividade enquanto ferramenta para produção de novos conhecimentos. É possível observar igualmente que a subjetividade de Maria é atravessada por violências bem estruturadas. Violências que não fizeram com que abandona-se os estudos, mas ficaram marcadas em seu caminho, constituindo fragmentos da sua subjetividade, é necessário levar em conta que esse é período em que Maria estava na escola. Ela narra que apesar das violências, conta que sempre teve apoio da mãe que segundo ela foi o principal incentivo para entrar na universidade. Apesar de algumas experiências ruins, ela conta que nunca foi uma aluna solitária na escola. Neste sentido, aponto que a criação de vínculos parece uma estratégia viável para permanecer no ambiente institucional. Na narrativa acima, Maria já lidava com questões relacionadas a sua identidade na época da escola e a falta de reconhecimento lhe causavam dúvidas sobre marcar seu lugar enquanto pessoa trans. Ao mesmo tempo Maria criava estratégias para estar naquele espaço e quando questionada se em algum momento criou alguma estratégia na escola, ela relembra:

*O uso de banheiro eu evitava muito, eu não ia e quando eu ia eu não ia no intervalo, eu ia sempre no horário da aula, que era proibido ir no horário da aula, a gente tinha que ir sempre no intervalo mas eu sempre passava conversa em algum professora pra ir no horário da aula, que eu estava muito apurada, porque eu sabia que no horário da aula não ia ter uma movimentação muito grande no banheiro. Mas tipo, teve momentos em que eu chegava em casa com a bexiga cheia, de correr direto pro banheiro. Mas assim, a maior linha de fuga que eu criei dentro da escola foi a de ser uma aluna exemplar, no sentido intelectual. Sempre estudei muito, sempre me destaquei, quando tinha gincana de conhecimentos gerais na escola eu sempre estava em primeiro e segundo lugar, hoje, analisando de fora eu vejo que era uma bobagem tremenda eu ter que me submeter a isso pra poder de uma certa forma, ali, me entrosar com a turma né. E eu lembro que as violências eram amenizadas quando tinha que fazer trabalho em grupo, porque eu era violentada, mas se tinha trabalho em grupo todo mundo queria fazer comigo. Então eu percebia que aquela violência não era tão cotidiana por isso. Quando eu servia pra alguma coisa eles estavam ali do meu lado.*

Tema bastante recorrente nas narrativas trans\*, as questões relacionadas ao uso dos banheiros ganham espaço para serem repensadas. Para além de um lugar para satisfazer as necessidades fisiológicas, o banheiro pode ser analisado enquanto tecnologia de gênero. No sentido que ao adentrar a porta do banheiro o sujeito se define enquanto homem ou mulher, é necessário ressaltar que essa separação estrutural e arquitetônica não está descolada do alinhamento entre sexo biológico e gênero, dessa forma coloca a margem os sujeitos e sujeitas que não correspondem aos padrões normativos de gênero e sexo. No entanto, ela aponta outras estratégias de permanecer na escola. Ela diz que se colocar como melhor aluna, foi uma maneira que desenvolveu para se sentir pertencente aquele ambiente, revertendo a intolerância em reconhecimento, uma espécie de uma busca por um equilíbrio nas relações.

Já sobre sua trajetória na universidade, ela afirma que houve uma mudança, no sentido de que já entrou se reconhecendo como Maria o que fortaleceu mais a sua identidade, porem aponta um momento que foi marcante logo no início do curso:

*E por eu ter entrado como Maria, eu acredito que isso não poderia ser questionado né, porque uma vez que eu estou me apresentando como Maria ninguém tem o direito de questionar se eu sou Maria ou se eu sou João, se eu sou José ou se eu sou Helena. É Maria e ponto. Mas aconteceu uma situação quando eu entrei na Universidade, que eu lembro até hoje, foi a situação que mais me marcou. De um professor fazer a chamada, e chamar o nome de registro e naquele momento eu não sabia que o meu nome de registro estava lá porque quando eu fui no DAE, eu pensei que o nome já havia sido incluído imediatamente e daí foi nessa aula que eu tive uma surpresa que o nome não tinha sido incluído no primeiro semestre, ia ser incluído só no posterior. E daí eu fiquei perdida né, fiquei assim... E daí na hora que chamou o nome, foi automático, eu me manifestei, e daí todo mundo que estava perto de mim percebeu que houve uma manifestação e que aquela pessoa era eu. Daí uma aluna chegou no final da aula e falou assim pra mim: “Ah, eu posso te tratar pelo teu outro nome? Porque a minha mãe se chama Maria e ela está muito doente e toda vez que eu lhe chamar de Maria eu vou lembrar da minha mãe doente”, é óbvio que aquilo lá era só uma desculpa pra não me respeitar né! Eu fiquei tão pra baixo naquele momento, porque imagina, primeira semana de aula, segunda semana de aula, sei lá. A pessoa já*

*chega dessa forma na gente, te abordando dessa forma, eu fiquei tão sem reação, eu disse: “Ah, sei.” e saí, fui embora. Então foi o que mais me marcou dentro da Universidade. Fora isso eu nunca tive problema em relação ao tratamento, fora esse caso isolado.*

A narrativa de Maria mostra, o que também é apontado por Berenice Bento, sobre haver um reconhecimento jurídico, ou de regulamentação interna, como no caso do nome social, porém no âmbito das relações e na aplicação destas regulamentações nem sempre existe respeito em relação ao reconhecimento de pessoas trans. Nesse relato Maria apresenta dois fatores importantes, o primeiro é de que por saber que havia uma resolução interna que a amparasse em termos de reconhecimento da sua identidade de gênero, ela acreditava que sua demanda seria aceita imediatamente, porém o que ela relata é que foi um processo demorado que levou o tempo de um semestre e que essa demora gerou algumas situações de constrangimento em relação aos seus colegas no primeiro dia de aula. E também nos mostra como não há um receptividade ou reconhecimento da parte dos colegas em relação a respeitar o nome pelo qual ela se apresentou.

No entanto o que também percebe-se na narrativa dela é de como entrar na universidade foi um fator bastante relevante em relação a constituição da sua identidade, é de extrema relevância contextualizar que esse processo de reconhecimento partindo das instituições é bastante recente, no entanto, esse reconhecimento institucional é um divisor de águas pois possibilita e legitima tal experiência onde, mesmo que a passos lentos, existe certo reconhecimento e efetivação das políticas públicas em relação a identidade trans. Maria também ressalta que sua luta por reconhecimento não é uma luta isolada:

*Quando eu entrei, já tinha outras meninas envolvidas na resolução do Nome Social, tanto que começou com o NIGS, então quem estava à frente da resolução era a Sofia, que é minha amiga hoje, era mais ela que estava mesmo se mexendo porque ela trabalhava no NIGS, e ela que ajudou a criar toda a política do Nome Social, e quando eu entrei eu já era favorecida por essa política, eu não precisei fazer o auê pra ter meu nome reconhecido, eu só fui no DAE, conversei com o Podestá<sup>5</sup> que era o atual diretor, não sei se ainda é, e ele foi muito solícito né, muito educado e imediatamente ele disse que iria mudar,*

---

<sup>5</sup> Luis Carlos Podestá, diretor do DAE (Departamento de Assuntos Estudantis) da Universidade Federal de Santa Catarina.

*mas eu imaginei que essa mudança seria no primeiro semestre e aconteceu só no segundo, mas também não mexeu muito comigo porque quando eu entrei na Universidade, eu entrei meio, eu não era política né, eu entrei meio bobinha, não sabia das coisas, então pra mim estava tudo certo. Depois que eu comecei a entender de política, a entender que era um direito meu mesmo ser respeitada, aí eu comecei a brigar mais pelos meus direitos aqui dentro.*

Dessa forma, é possível observar o processo de amadurecimento da interlocutora. Seu discurso ressalta a importância do sujeito estar inserido em uma rede de apoio e aprendizado político da sua experiência, ou seja, da necessidade de um empoderamento para permanecer dentro da instituição. Ao indagar sobre as estratégias que cunhou para permanecer na universidade Maria diz:

*Olha, estratégia, como a Luma diz né, as linhas de fuga que eu encontrei dentro da Universidade foi me politizar. Porque quando eu entrei aqui eu imaginava que era uma outra coisa, quando tinha 16, 17 anos, eu pensava que a Universidade Federal era popular, era o povo, tinha povão, e por conta disso eu ia me dar bem aqui dentro. Quando eu entrei aqui eu vi que era totalmente diferente, que era uma briga de gente grande, e que eu precisava da política aqui dentro pra sobreviver. Até porque eu poderia muito bem ficar quieta em relação à minha travestilidade, calar a minha boca né, a Maria, todo mundo conhece a Maria, é mulher e ponto. Ninguém sabe o que eu tenho no meio das pernas, mas pra mim sempre foi muito importante me apresentar como Travesti, ou como mulher Trans, na época que eu me identificava como mulher Trans. Me posicionava né, porque eu não gosto muito dessa coisa de me identificava. Então essa foi uma estratégia, me politizar, porque eu sempre fui muito agressiva, eu sempre me posicionei mas eu não tinha os argumentos certos, esse era o meu problema, eu ficava transtornada sem razão nenhuma, e daí eu percebi, “não, eu tenho que parar, pensar, estudar e me politizar”, daí foi quando eu comecei a entrar, tive mais contato com o NIGS, com a Miriam<sup>6</sup>, com a Sofia, que me ajudou muito aqui dentro e eu tinha como uma inspiração pra mim,*

---

<sup>6</sup> Miriam Pillar Grossi, professora e Antropóloga do Departamento de Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma das coordenadoras do NIGS, Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades na UFSC./

*política, mas essa foi a estratégia principal, me politizar e entrar de cabeça na militância né, defender aquilo que eu acredito.*

É possível observar que Maria politizou seu discurso e sua vivência como estratégia de sobrevivência e permanência na universidade. Ao perguntar se fazia parte de algum movimento social, ela responde:

*Não, porque eu não sou partidária, não gosto de estar metida em coletivo, eu acho que a gente tem que militar pela nossa classe, a gente tem que se unir, mas por ser feminista eu tenho um discurso muito defendendo as mulheres, sempre priorizando as mulheres o tempo todo, então homens pra mim são secundários em qualquer movimento, em qualquer luta, mas não sou partidária, não tenho nenhum partido, já me convidaram pra participar do PSTU, pra participar do JCA e outros partidos aí, eu recusei porque não me interessa, porque são todos partidos machistas, dizem ser inclusivos e dizem empoderar as mulheres mas só tem macho falando, então eu me recuso a participar de um movimento que minta pras pessoas, e coletivo feminista eu não vou porque como eu sou prostituta e Travesti, as vertentes, elas não me acolhem, a maioria das vertentes não me acolhe, porque eu defendo posicionamentos bem marcados, bem firmes, então eu não participo e não gosto ,prefiro evitar né.*

Mesmo não militando em movimentos sociais definidos, Maria tem um discurso político crítico e elaborado, “bem firme” como ela mesmo diz. Apresenta-se assim como uma sujeita empoderada e se posiciona e situa seu lugar de fala. Já no fim da entrevista pergunto sobre acolhimento dentro da universidade e ela responde:

*Olha, porque assim, é importante deixar claro que eu estou falando da minha vivência, mas eu sei de outras meninas Trans que sofrem muito aqui dentro, até por conta da passibilidade, começaram a transição dentro da Universidade, daí tem toda aquela coisa de ter um período longo te tratando no masculino e daí PUM!, tu aparece se posicionando como mulher, estas sofrem bastante e outra, eu estou trazendo uma realidade do CED e do CFH, eu não estou trazendo uma realidade do CCS, do CTC, não sei como é lá mas né, já estudei lá mas não sei como é que é esse tratamento dos professores, eu fiz disciplinas com a Olga lá, não conheci outros professores, então é uma realidade muito particular né, mas acredito que a UFSC não é tão acolhedora com a gente não, como parecer ser né, tem a política de Nome Social?*

*Tem. Mas tem porque a classe de pessoas Trans lutaram para que ela existisse, porque se dependesse da Universidade não teria, foi uma briga muito longa, tanto é que a nossa resolução hoje é a melhor do país, eu até participei da última mudança que teve e dei algumas opiniões e tudo mais, mas assim, eu acredito que a UFSC não é tão acolhedora com pessoas Trans e a gente percebe, até pela questão da permanência né, do cuidado que às vezes não existe com a gente, de uma reclamação que a gente faz na Ouvidoria e não é atendida ou quando a gente vai pedir bolsa né, porque a gente está em uma situação vulnerável, e aí não somos atendidas, então eu acho que não tem esse acolhimento todo que aparenta ter.*

A narrativa de Maria, demonstra a realidade acerca dos embates das trajetórias trans\* na universidade, visto que esse é um momento que emerge recentemente, é perceptível os entrelaçamentos entre um trajetória singular e um discurso coletivo de representatividade, lembrando que esse discurso também coletivo e parte de um lugar específico de sujeito situado em um contexto histórico cultural.

Nesse sentido, a também foi feita outra entrevista com outro aluno da UFSC, no intuito de observar outras nuances e diversidades dentro dos discursos.

A segunda entrevista realizada foi com o aluno João, autodeclarado homem transgênero, estudante da universidade. A narrativa de João também foge do desfecho de evasão escolar. João é aluno do curso de graduação em ciências sociais, e também ingressou na universidade após concluir o ensino médio regular em escola de ensino privado. Quando pergunto sobre como entrou na universidade, se utilizou alguma política de ação afirmativa ou fez ENEM, ele responde:

*Na época tinha uma conta que a UFSC tinha uma equação que utilizava a conta tanto do vestibular quanto do Enem, ele dava uma... aumentava alguns pontos assim, aí eu fiz esse mix.*

No intuito de analisar a existência de alguma motivação específica para a escolha do curso de graduação ele responde:

*É então... hoje eu percebo que teve muita essa convenção de acabar o Ensino Médio e aí já entrar na universidade né, pra já embolar tudo assim, e ... tanto que eu entrei em Química primeiro, que era a matéria que eu mais gostava, aí eu né, pensei “ah... vou gostar também” e não foi bem assim, eu me dei de cara com outras mil*

*questões e saí no segundo semestre e aí nesse mesmo ano eu fiz de novo o vestibular e o Enem vale por três anos né, aí eu usei de novo o Enem e daí passei pra Sociais noturno.*

Nesse sentido é possível observar uma trajetória a princípio comum a grande maioria dos alunos que adentram a universidade, então pergunto se houve algum motivo específico em escolher a UFSC e ele responde:

*Então... eu tinha planos de me mudar pra Florianópolis na verdade, e é uma faculdade que é pública, tem todo esse esquema e que me possibilitaria, tipo, querendo ou não, estudar em uma faculdade pública é muito caro se você vem de fora, então tinha muito essa questão assim também, porque se eu ficasse na minha cidade provavelmente eu teria que fazer uma escola privada, uma graduação privada, ou algo assim né.*

Nesse ponto são dois fatores relevantes: 1. A possibilidade de acesso ao ensino público superior e 2. A migração da sua cidade para a Capital do estado por falta de acesso a ensino público superior em diversas áreas, situação que atravessa a vida de milhares de pessoas que vivem no interior. Assim como a trajetória de Maria que também vem de outra cidade para cursar graduação na universidade em Florianópolis. Em seu discurso João apresenta que as questões de gênero e sexualidade sempre foram temas relevantes na sua vivência, e percebe um discurso embasado já em categorias sociais a respeito da identidade de gênero, mostrando que sua vivência também está situada a partir de um pertencimento coletivo com outras pessoas e também individual no diz respeito ao entendimento da sua identidade:

*Então... é... uma data específica é bem difícil assim, porque pra mim a questão de gênero era uma coisa que sempre foi um problema, apesar de eu não saber que era isso que era o problema, assim, sempre só foi muito estranho existir dentro das categorias de gênero que, tipo, Cis binárias, que era... que eu sabia, e... quando eu tive contato com pessoas Trans foi quando eu comecei a espelhar isso e me entender né, também. Identificar esses processos tipo, parecidos com a minha vivência assim, e... eu tive que, vivi assim não sei quanto tempo, o tempo é muito difícil falar mas eu passei um tempo me identificando enquanto uma pessoa não-binária, simplesmente falava assim, então foi meio uma transição para a transição, meio que essa segunda*

*transicionada depois que daí eu me entendi mesmo como um homem, com a peculiaridade de ser transgênero né.*

Ainda no intuito de refletir sobre a construção da sua identidade, pergunto sobre sua trajetória no ensino básico e também se houve alguma intervenção da própria escola em relação a sua identidade e /ou expressão de gênero na época:

*Então, no colégio... é até bem interessante pensar assim, porque no ensino fundamental eu sempre me vesti assim. Desde quando eu que escolho as roupas que eu uso eu sempre usei roupas masculinas... e a minha mãe sempre foi total aberta a isso, apesar de não houver um questionamento qualquer disso e por outro lado a escola jogando pra um lado mais de patologização e de querer me medicalizar para não sei, entender isso como um transtorno, algo assim. Enfim... mas a minha mãe nunca concordou com isso, e sempre me apoiou, assim, nas questões de roupa. Só que quando eu tinha mais ou menos assim, uns quinze anos, que foi no segundo ano do Ensino Médio, eu tive um teto assim de comprar roupas femininas, e eu me experimentei assim mas foi bem, assim, disfórico, eu ... não sei, não fazia muito sentido. Eu via que era tipo um personagem que não era quem eu era na real. Tipo, tá me montei, vou ser. Isso aconteceu, as pessoas pararam de... o que acontecia muito de, entre aspas, “me confundirem com um menino” parou de acontecer, aí as pessoas me viam como uma menina e inclusive assim, na questão mais afetiva também, porque eu sempre me identifiquei como bissexual e daí... e mesmo assim os caras não se atraíam muito, e nesse período eles se atraíram mais, nessa feminilidade, esse gênero assim, não sei... foi um período confuso, mas que logo assim fluiu também e daí eu já mudei meu guarda-roupa, fui num brechó, troquei um monte de coisa e tipo, até esse calção que eu estou usando foi desse rolê. [risos]*

*E não sei, tipo, me permiti novamente seguir como eu me sinto e não como uma expectativa de principalmente social.*

*(...)*

*Então, o que acontecia muito era que tipo, as meninas se interessarem por mim mas uma coisa muito “eu gosto de meninos mas você é a exceção porque você parece menino”. Isso me questionava muito, porque ao mesmo tempo, tipo, que massa, mas tipo, era muito confuso e no primeiro ano eu tive uma relação super abusiva com uma menina cis, que ela tinha essa pira comigo do tipo “sou hétero mas...”, sei lá, toda uma pira.*

O que João descreve na sua trajetória elucida um ponto de confusão muito comum entre as pessoas atualmente que é o não entendimento da diferença da identidade de gênero e a orientação sexual, claro que na sua vivência o que ele explica é que não se entendia enquanto trans\* no ensino básico, muito por falta de acesso e visibilidade da identidade trans. Porém, desde aquela época vivenciava situações relacionadas a essa “confusão” a respeito dessas questões. Nesse sentido, percebe-se a falta de formação de professores, alunos, e outros membros da comunidade escolar sobre como abordar questões relacionada a gênero e sexualidade na escola. Quando perguntado sobre se existia uma boa relação entre ele e os colegas da escola:

*Eu sempre andei com os meninos na escola, andar com as meninas foi uma coisa muito diferente, que foi acontecer quando eu fui mais velho, digamos... eu lembro assim, na época ainda era até a oitava série né, aí quando eu estava na sexta série eu comecei a andar com umas meninas da sétima e oitava séries e daí umas eram Bi já e eu entrei pra banda da escola também, que era um “rolezinho” que estendia da escola também, que também é aquele processo que a gente pensando em família, escola, rolê, trabalho...(..)Mas era bizarro quando os meninos queriam fazer as brincadeiras deles comigo, porque me machucava daí. (...)É, e do nada te dar um soco! Esse foi um aspecto que sempre foi meio bizarro. Nossa eu lembro uma vez que um guri... era uma brincadeira que você fazia uma bolinha com a mão na perna e se você olhasse a pessoa podia te dar um soco!? sei lá né, criança. Aí eu caí na dele, aí ele me deu um soco que ficou semanas doendo. Uma pira, porque querendo ou não eu tinha uma vivência de uma pessoa compulsoriamente entendida como menina então eu não era treinado pra ser forte, eu era sei lá....*

Direcionando a entrevista para as questões relacionadas ao acesso a universidade, pergunto se houve alguma mudança na forma como foi tratado após entrar na universidade em relação a sua identidade de gênero:

*Maravilhoso. A Rose nem me reconheceu. Ela falou: “ah, aluno novo!” [risos]. E é fundamental, eu acho que falta divulgação de informação sobre isso, porque parece que pode usar nome social na UFSC desde 2013, ou seja, teoricamente, desde que eu entrei na Sociais eu poderia ter o nome já. Eu não teria que ter passado tudo o que eu passei, e agora esta super de “boassa”. Tanto que é meio isso, os*

*professores... digamos, pras pessoas que tem uma passibilidade binária e os professores... não sei, é muito fluido porque essa é a real, na mente das pessoas que não tem informação de como as pessoas Trans são, elas acham que vão ver uma pessoa e vão identificar na hora e não é bem assim com algumas pessoas Trans. Eu acho que essa naturalização de que todo mundo é Cis e que a característica distinta é que a pessoa é Trans, é bem bizarro.*

Nesse sentido observa-se, que João passa a se autodeclarar transgênero durante a sua formação, o que o diferencia da primeira entrevista por exemplo. Maria já entra se apresentando como Maria, mesmo sem conseguir o nome social no primeiro semestre, mas esse é um fator de relevância ao pensar sobre como se consolida o reconhecimento das identidades.

É possível associar a tranquilidade narrada por João em relação a aceitação da sua identidade na universidade, pode ser efeito de certo preparo da instituição em como garantir o reconhecimento da identidade de gênero do aluno. Ressaltando que a UFSC é uma das primeiras instituições de ensino que reconhece o nome social de alunos e alunas transsexuais/travesti/transgênero. Como o próprio entrevistado pontua desde 2013. E atualmente possui a resolução normativa nº 59/CUn/2015 de 13 de agosto de 2015, que garante aos alunos e alunas trans\* o uso do nome social no vestibular e nos registros acadêmicos.

Para João o processo de reconhecimento da sua identidade na universidade foi marcada por certo desconhecimento das políticas internas da universidade a respeito do uso do nome social como ele aponta primeiramente:

*É, então, primeiro teve essa cena que eu só fui saber do processo, que era super fácil, digamos assim, quatro anos depois. De poder... não sei, todo mundo que ia me explicar como era, parecia tão difícil que não me estimulava a querer ir, parecia super burocrático. E aí quando eu vim pra Floripa nesse semestre eu pensei: “ta, eu voltar então eu quero que seja diferente nessa questão” e fui atrás já preparado pra ter que encarar a burocracia e era um formulário que teoricamente teria que ter um específico lá mas era um formulário aleatório onde eu ia pedir pro Diretor dos cadastros estudantis pra que ele mudasse o meu cadastro por xis motivos. Aí eu peguei muito na questão de humilhação, de constrangimento, que isso me desestimula a continuar a faculdade e além disso faz eu levar pra casa o que eu passo ali né. E foi assim, em uma semana tava certo, aí o que foi mais chato foi pedir o tal do*

*formulário, que daí a Secretária não sabia e ficou gritando na Secretaria: “formulário de gênero, formulário de gênero!”, nem sabia que era nome social e tinha um monte de gente, todo mundo ali, e eu que tive que falar: “nome social” e aí todo mundo já me olhou e “ah, ele tá pedindo é porque é Trans”, aí todo mundo te olha, enfim, o constrangimento novamente que poderia ter sido evitado né só pela informação ou pelo cuidado né, porque pelo jeito elas sabiam o que era, não precisava ficar gritando pra todo mundo... enfim.*

Sobre acontecimentos relacionados a algum impedimento ou barreira imposta na universidade por ser Trans:

*Eu não sei exatamente assim, porque no espaço da universidade as pessoas tentam, então elas vão tentar ao máximo ser cuidadosas mas às vezes têm coisas que elas não conseguem fugir né. Mas eu acho que muita pouca coisa, sei lá, antes de ter o nome nos registros da faculdade, todo início de semestre eu ia lá pra pessoa que ia dar aula e: “Ow, muda aí o meu nome, porque não tá como eu me identifico e lá lá lá” e geralmente a resposta era: “Sim, sem problemas”, mas eu lembro especificamente que teve na aula de Libras, que o professor... eu não sabia me comunicar com ele, porque ele era surdo e mudo e aí eu escrevi pra ele pedindo e aí eventualmente em um trabalho que ele expôs no data show a divisão dos grupos, estava lá o nome civil sabe, então às vezes... aí o que eu vou pensar? “Será que não aconteceu essa comunicação? Ou será que o professor é transfóbico mas como a gente já não se comunicava, pela minha ignorância também da letra de Libras e enfim... eu lembro que isso que me marcou muito uma vez. E por outro lado eu lembro de outra vez que em uma aula, nesse mesmo lance de... foram dividir os grupos e aí puxaram do sistema e aí vem o nome civil mesmo né, e daí o professor fez questão de ir lá na frente de todo mundo, apagou e colocou meu nome social; foi bacana, por exemplo. Então eu acho que isso depende muito do docente, sabe? Quando tu não tens o cadastro e tem que ir lá e falar.*

Esse ponto apontado por João pode-se observar que sua trajetória foi marcada por momentos de descuido por parte dos professores e acabou sendo exposto em sala, onde seu nome de registro foi mostrado a todos, ao mesmo tempo que afirma reconhecer a tentativa dos professores em lidar com aquela situação, onde perceberam que estavam constrangendo o aluno. Dessa forma percebe-se certo despreparo dos professores em relação ao reconhecimento desses alunos e de como vão

agenciar as possíveis relações de exposição e constrangimento que perpassam as trajetórias trans. Porém também demonstra que após utilizar a política interna de nome social, as situações foram quase que sanadas, ao passo que quando o aluno solicita o nome social todos os documentos de veiculação pública constam o nome e gênero que a pessoa se auto identifica, evitando situações como as narradas por João.

É relevante observar uma distinção significativa nas narrativas, longe de definir um padrão das narrativas trans\* e muito menos de fazer uma diferenciação superficial das narrativas, porém acredito ser relevante perceber que na narrativa de Maria percebe-se uma ênfase que seu suporte está na politização do seu discurso e suas práticas na universidade, sua aproximação aos estudos de gênero. Ao passo que João fala que seu suporte está mais atrelado a questões mais subjetivas, terapêuticas, espirituais. O que pode ser destacado é de fato que mulheres trans\* e travestis tem muito mais visibilidade e estão mais inseridas na vida política, nos movimentos sociais. Ao contrário do que se observa nas trajetórias transmasculinas, que em sua maioria não acabam ganhando visibilidade.

Porém um ponto fundamental observado nas narrativas é de que a principal estratégia utilizada por eles foi a política de nome social, o que lhes garantiu reconhecimento institucional, nas salas de aula, diante os colegas e professores. Dessa forma o uso do nome social ganha destaque como a principal estratégia de permanência. Ainda que essa política seja considerada um modo de cidadania precária (à brasileira) como aponta Berenice Bento (2015) é um fator que garante a permanência de alunos e alunas trans\* no ambiente de ensino.

Além de demarcar um momento histórico, a trajetória de Maria e de João enunciam caminhos que tomam outros rumos a partir do reconhecimento e respeito a cidadania desses sujeitos e sujeitas. Obviamente que essas trajetórias são marcadas por outros atravessadores como a passabilidade, termo utilizado para demarcara quando uma pessoa trans\* já é totalmente reconhecida no gênero ao qual se identifica, o que pode ser grande facilitador no processo de reconhecimento. Diferente destas narrativas ainda são muitas as trajetórias que não tem esse desfecho ou se quer a possibilidade de permanência da instituição de ensino, pensar sobre evasão escolar desemboca em problematizar qual lugar é atribuído às pessoas trans\* em nossa sociedade. Pesquisas, como a de Almeida, Pilar e Gebrath (2014), mostram que diante as barreiras impostas pela normatividade e as estruturas normativas as pessoas trans\* evadem da escola, muitas mulheres trans \*encontram na prostituição um meio de sobreviver,

muitas por não terem muitas outras ofertas, outras permanecem por posições políticas como o caso de Maria e dessa forma vão se criando trajetórias onde seus próprios caminhos viram referências a novas trajetórias emergentes e por isso a importância de visibilizar tais discursos, ao passo que também possibilitam uma posituação das experiências trans\* na universidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar a importância das trajetórias de sucesso como a de Maria que em dezembro de 2016 foi aprovada no programa de pós-graduação em serviço social na UFSC e de João, nos revela a necessidade de problematizar a respeito da existência de um projeto existente que visa um percurso pré-estabelecido para vidas cisgêneras e heteronormativas, e que se mostra efetivamente excludente. Diferente da narrativa de Maria, que conta que sua trajetória foi acompanhada de amigos e amigas na escola, narrativas como a do escritor João Nery (2011), elucidam certa solidão. Observar isso nos conduz a compreensão dos modos como vem se constituindo os discursos identitários atualmente, principalmente em relação as identidades trans\*. Percursos e vivências que muitas vezes são compartilhadas em forma de vídeos na internet, biografias e estas tem efeito na construção do si, de cada sujeito que se identifica enquanto trans\*.

É necessário considerar a não linearidade e um olhar cuidadoso para não recair em determinismos mecânicos ao analisar a relação entre a história social e a história individual, uma vez que o sujeito é ativo nesse processo de apropriação do mundo social, traduzido em práticas que manifestam a sua subjetividade. Nesse sentido, a subjetividade constitui dentro desse quadro uma via de acesso não linear ao conhecimento científico do sistema social, o que só é possível fazer a partir de métodos e estratégias. Para pensar a categoria de identidade trans\* é necessário localizar que esse discurso é produzido através de um olhar ocidental, que pressupõe certo enquadramento do sujeito em relações as estruturas sociais e as complexidades emergentes de seus desdobramentos. A questão identitária é vista no mundo ocidental, como algo que parte do indivíduo, o que ressaltava as características dos modelos culturais da modernidade no ocidente, que pretende que o indivíduo se assujeite e permaneça fixo nas estruturas, mas essa individualização proporciona que ele se destaque enquanto indivíduo na construção de si.

Para Bueno (2002), a biografia é uma micro-relação-social. Aquele que narra sua história está narrando para alguém. Dessa forma, o processo de elaboração da sua narração está implicada em uma tentativa de comunicação. Pensar sobre a noção histórica sobre o sujeito/sujeita trans\* é também ater-se para as modificações conceituais que emergem com o decorrer do tempo. Em princípio as definições clínicas dos últimos séculos, eram mais questões sobre doenças e patologias do que

sobre identidade, subsequente as abordagens da psicologia e psicanálise, que provocaram efeito material nas construções dos corpos e os desdobramentos do conceito de inconsciente. Também é perceptível os desenvolvimentos dos discursos jurídicos, mais recentes, sobre as vivências trans\*, pautados em reconhecimento e cidadania que marcam o fim da década de 90 e a entrada no século XXI.

Num panorama amplo, a transexualidade e questões trans\*, como os debates por reconhecimento, debates entre determinismos biologicista *versus* construtivismos socioantropológicos, dentro dos próprios estudos de gênero, estão dialogando diretamente com os debates entre natureza e cultura, que se desdobram em outras dicotomias, como cis/trans, e demonstram de que maneira se dá a naturalização dos gêneros como mecanismos de controle e como ele se materializa através dos dispositivos de verdade.

Para além desses discursos ditos “verdadeiros” sobre trans\* identidades, as narrativas antes de reafirmarem certa normatividade, funcionam como linhas de fuga ao discursos hegemônicos que definem e fixam as categorias identitárias, e também uma crítica metodológica aos modelos fixos de pesquisa. Quem conta sua vida, não conta a um gravador, mas sim a um indivíduo. Além do mais, sua narrativa não é um relatório de acontecimentos, mas a totalidade de uma experiência de vida que ali se comunica. Faz-se notório o caráter de intencionalidade comunicativa da narrativa biográfica e, por isso, por mais que se pretenda escamotear, “toda entrevista é uma interação social completa, um sistema de papéis, expectativas, de injunções, de normas e valores implícitos.” (FERRAROTTI apud BUENO, 2002, p. 20).

Nesse sentido a proposta dessa pesquisa visa muito mais demarcar um momento histórico e social, definido pelo sucesso escolar de duas pessoas trans\* na universidade, do que a busca por objetividades absolutas que possam ser criadas a partir dessas narrativas e suas relações com o sistema de ensino. Ao passo que também é demarcada por um ponto de vista, o olhar localizado de quem escreve e demarca sua própria construção de si. Este trabalho também se apresenta como uma tentativa de compartilhar algumas das situações presentes nas narrativas aqui abordadas, fazendo ver um lugar situado e bem marcado por certas definições sociais, que produzem um olhar que não está ao norte, nem no centro dos debates intelectuais que detém certa relevância e que ainda não destina necessária atenção à temas tão presentes na realidade social em que se vive.

Assim, o compartilhamento dessas narrativas e deste lugar também fala de destacar a necessidade de produção de conhecimento

desde aqui, um lugar que se produz e circundo os debates científicos que apresentam relevância social e que se distancia de uma pretensa neutralidade científica, mas que ao mesmo tempo situa e posiciona saberes que merecem ser elucidados com a mesma importância que temas considerados mais “centrais”.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALMEIDA, Guilherme. PILAR, Andressa. GEBRATH, Zélia.** As relações de trabalho como um aspecto da assistência a saúde de pessoas trans. In: *TRANSEXUALIDADES – Um olhar multidisciplinar*. Salvador. EDUFBA, 2014.

**ANDRADE, Luma Nogueira.** Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Editora Léa Carvalho. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

**ÁVILA, Simone.** Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sócias. 1ª Edição. Editora Multifoco . Rio de Janeiro. Nov. 2014.

**BENTO, Berenice.** Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: *Revista de estudos Feministas*. Florianópolis, 19 (2): 336, maio-agosto, 2011.

\_\_\_\_\_. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n.1, jan-jun 2014, pp 165-182.

\_\_\_\_\_. O que é transexualidade?. São Paulo: Brasiliense, 2008. – (Coleção Primeiros Passos; 328).

\_\_\_\_\_. A reinvenção do corpo: gênero e sexualidade n experiência transexual. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

**BOURDIEU, Pierre.** Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998

**BUENO, Belmira Oliveira.** O método autobiográfico e os estudos com história de vida dos professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

**CÉSAR, Mª Rita de Assis e SIERRA, Jamil Cabral.** Políticas queer e educação. In: *Políticas de Gênero na América Latina*. Org. Ana Paula Vosne Martins e Mª de los Angeles Arias Guevara. Jundiaí. Paco Editorial, 2015. (Pp. 227-237).

**HARAWAY, Donna.** Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [orig. The science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988]. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

**LAURETIS, Teresa De.** A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

**LISBOA, Teresa Kleba. GONÇÁLVES, Rita de Cassia.** Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida Rev. Katal. Florianópolis. v.10 n. esp. P. 83-92. 2007

**LOPES LOURO, Guacira.** Teoria Queer – uma política identitária para educação. In: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis Ano 9. 2001.

**MISKOLCI, Richard .** Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012. 80 p. (Série Cadernos da Diversidade, 6).

**NERY, João W.** Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois – São Paulo: Leya, 2011.

**OLIVEIRA, Amurabi.** Diferença e educação a partir de um olhar queer. Resenha: Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. MISKOLCI, R. IN: Revista de estudos feministas, Florianópolis, 21 (1):395-412, janeiro-abril/2013.

**PELÚCIO, Larissa.** Desfazendo Gênero. In: Diferenças na educação: outros aprendizados. Org. Richard Miskolci, Jorge Leite Jr. EdUFSCar. São Carlos, 2014. Pp 97-146.

**PRECIADO**, Paul Beatriz. Saberes\_vampiros @war. Ago. 2010 . In: <http://revistavozal.com/vozal/index.php/saberes-vampiros-war-donna-haraway-y-las-epistemologias-cyborg-y-decoloniales>

\_\_\_\_\_. Basura y Género: Mear/ Cagar. Masculino/ Femenino. *Eseté* 06, Ed. Amasté Comunicación, Bilbao, p. 40-49, 2002.

**RODOVALHO**, Amara Moira. O cis pelo trans. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 25 (1):422, janeiro- abril/ 2017.

**VIEIRA, Teresa R.** Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transexual. In: *TRANSEXUALIDADES – Um olhar multidisciplinar*. Salvador. EDUFBA, 2014.

‘Escola não é um espaço seguro para transexuais’, critica ativista em encontro na PUCRS - <http://www.sul21.com.br/jornal/escola-nao-e-um-espaco-seguro-para-transexuais-critica-ativista-em-encontro-na-pucrs/>

‘Nº de transexuais que usarão nome social no Enem cresce 172%, diz Inep’: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/n-de-transexuais-que-usarao-nome-social-no-enem-cresce-172-diz-inep.html>  
Acesso em 06/10/2015 13h08 .